

Avante!

Semanário Director: António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 713 27 de Agosto de 1987 Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Despedimentos, salários baixos, desestabilização política entrega das empresas nacionalizadas ao capital privado eliminação do Serviço Nacional de Saúde revisão das leis dos baldios, do arrendamento rural, das rendas de casa, da rádio, do subsídio de desemprego...

Programa do Governo faz Portugal andar para trás!

Editorial • Págs. 1 e 2/Semana

Em Foco

Avante! Ano 57 - Série VII N.º 713 27 de Agosto de 1987 3.º Caderno Não pode ser vendido separadamente

A credibilidade da demagogia

O SUBSÍDIO DE DESEMPREGO PARA JOVENS

No passado dia 17, segunda-feira, tomava posse no Palácio de Belém o XI Governo Constitucional, o segundo presidido por Cavaco Silva. De imediato, alguns analistas realçaram como grande novidade deste novo executivo a existência de um «Ministério da Juventude», no seu entender afirmação clara de que Cavaco Silva colocará no centro das suas preocupações as questões da juventude.

8

África do Sul Greve dos mineiros desafia o regime

A greve dos mineiros sul-africanos, que dura há três semanas consecutivas, continua a ser barbaramente reprimida pelas forças de segurança e entidade patronal. Desde o início da luta foram mortos cinco trabalhadores, feridos pelo menos 350, presos mais de 250 e despedidos 18.000 grevistas.

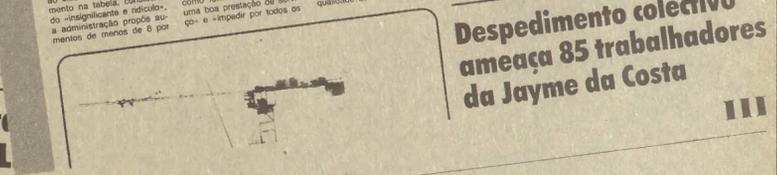


Um trabalhador na Coreia do Sul, provocada pela repressão policial, vota a favor da greve.

27/8/87 • Avante! / Semana

Administração e Governo continuam a provocar o impasse nos CTT

Plenário defende ambulâncias postais



Enquanto a administração faz que anda sem andar, os representantes dos CTT exigem o novo das negociações para a revisão do acordo de trabalho sindical alterou, nomeadamente, a sua proposta de 10 para 15 por cento de aumento salarial.

Despedimento coletivo ameaça 85 trabalhadores da Jayme da Costa

Os 750 anos de BERLIM

Tradições revolucionárias

Editorial

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 713

27 de Agosto de 1987

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Programa do Governo: Portugal a andar para trás

Perda na página 159 do «Programa do XI Governo Constitucional» em discussão na Assembleia da República pode encontrar-se uma frase que diz quase tanto sobre a política que Cavaco Silva se propõe pôr em prática como o total das 202 páginas que compõem o documento: «os últimos vinte anos — afirma o novo Governo — constituíram para Portugal um período de intensa transformação e aceleração histórica.»

Ou seja: o Governo Cavaco Silva assume-se como um continuador do que se passou em Portugal nos últimos vinte anos, isto é, num período que medeia entre 1967 e 1987.

Para os políticos que ora vão tomar o Poder o ciclo histórico dos últimos anos da vida portuguesa não tem como ponto de referência o 25 de Abril de 1974: tem sim, a substituição de Salazar por Marcelo Caetano. Para Cavaco Silva e seus ministros o «período de intensa transformação e aceleração histórica» não corresponde ao caminho percorrido pelo povo português uma vez derrubado o fascismo e abertos os caminhos da liberdade: inclui sete anos de fascismo, de guerra colonial, de repressão, de exploração.

Vale a afirmação por todo um programa.

Mas manda a verdade dizer que, computando página a página o «Programa», a continuidade que se infere daquelas palavras surge deveras clarificada e completada.

Atente-se nas seguintes afirmações:

«As empresas terão de ser entendidas cada vez mais como comunidades complexas em que as pessoas que as integram estão objectivamente solidárias em questões fundamentais.»

E esta outra:

«(...) a empresa não é só o capital; os interesses da empresa (...) não são apenas os interesses de um dos seus elementos; deste modo, na medida em que os representantes da empresa procuram melhorar os processos produtivos, equilibrar a produção com o consumo, evitar o envelhecimento dos preços, zelam, tanto como os interesses do capital, os dos trabalhadores e ele ligados.»

A primeira citação pertence ao «Programa do XI Governo» do prof. Cavaco Silva a pág. 137; a segunda às «Lições de Direito Corporativo» do prof. Marcelo Caetano, a pág. 72!

E, como não podia deixar de ser, os traços comuns não se limitam a estas inquietantes confluências teóricas. Tal como o corporativismo fascista, o «Programa do XI Governo» não consegue ocultar sob estas tiradas o problema fundamental: a opção da política governamental pelos interesses do capital privado em prejuízo dos dos trabalhadores e do povo em geral.

É na realidade no campo dos interesses e direitos dos trabalhadores que a cuidada linguagem que se utiliza no «Programa» perde o seu verniz e ganha clareza transparente.

Cavaco Silva e os seus ministros não ocultam que a privatização da economia portuguesa, a concentração capitalista e o aumento dos lucros do capital que se propõem pôr em prática se fará à custa dos trabalhadores, dos seus salários, dos seus direitos.

«(...) pede-se ao factor trabalho um comportamento de moderação no crescimento real dos respectivos rendimentos, de molde a reforçar a capacidade de autofinanciamento das empresas e, consequentemente, do investimento.» (pág. 63)

«(...) onde a política de moderação de custos terá de se fazer sentir mais intensamente nos próximos anos será no capítulo dos custos salariais por unidade de produto. O que tem, naturalmente, duas vertentes: a moderação da evolução da massa salarial e o crescimento da produtividade» (págs. 62 e 63).

«(...) os parceiros sociais apostarão em maior crescimento da economia, do investimento e do emprego, em troca da moderação dos rendimentos salariais (...)» (pág. 61).

«O comportamento dos salários reais (...) (deve assegurar os) custos do investimento e da produção compatíveis com o reforço da capacidade de autofinanciamento e da competitividade das empresas» (pág. 42).

«O crescimento do emprego associado ao crescimento económico será superior ao que resultaria de ganhos de salários reais mais intensos e imediatos, mas, por isso mesmo, mais incentivos do recurso ao factor capital em vez do factor trabalho» (pág. 43).

«As negociações salariais (das empresas públicas) serão acompanhadas de perto pelo Governo (...). (As empresas públicas) estão (...) obrigadas a fundamentar as revisões de salários em termos de conceitos essenciais como massa salarial, global, per capita, custo do factor trabalho, produtividade esperada.» (pág. 81).

«A agressividade externa da economia portuguesa terá de ser garantida essencialmente pelo investimento e modernização das empresas, pelo significativo incremento da produtividade e pela moderação dos custos salariais.» (pág. 47).

Não é possível ser-se mais claro quanto ao partido que a política económica do Governo vai tomar. E, tal como não oculta o facto de pretender favorecer o capital à custa do trabalho, o «Programa» claramente revela que se pretende favorecer a concentração capitalista a todos os níveis:

«Os tecidos industrial e empresarial português são formados por um grande número de empresas que, pela sua dimensão ou por deficiências de gestão, têm dificuldades em resistir a uma concorrência acrescida» (pág. 96) pelo que o Governo Cavaco Silva irá fornecer «apoios à formação de um tecido industrial e empresarial diversificado e consistente, designadamente promovendo a internacionalização das empresas portuguesas, aproximando-as dos mercados consumidores, criando um enquadramento favorável às reorganizações empresariais que, através de fusões, joint-ventures e outras formas, permitam criar unidades empresariais quer com dimensões e capacidade de acesso a canais de distribuição internacionais quer para a investigação e desenvolvimento de novos produtos» (págs. 100 e 101).

E esta trajectória de concentração não visa apenas o sector industrial: o Governo igualmente promoverá a «melhoria da estrutura fundiária, criando condições para o aumento da mobilidade da terra (...) através da revisão da legislação relativa ao arrendamento rural e florestal, ao emparcelamento rural e à revisão do Estatuto de uso e posse da terra na ZIRA» (pág. 88).

Para a estratégia global de favorecimento do grande capital e de concentração monopolista, naturalmente que o «Programa» do Executivo de Cavaco Silva concede grande importância ao sector empresarial do Estado e à luz de dois processos: por um lado, a alienação em benefício do capital privado dos sectores rentáveis das empresas nacionalizadas, na continuação de uma política que vem sendo seguida há anos; por outro lado (e também de acordo com metodologias por de mais conhecidas) pela manutenção no aparelho de Estado das áreas infra-estruturais dos investimentos mais pesados e menos rentáveis directamente.

Cavaco Silva propõe-se realizar a «alienação de parcelas dispensáveis do património mobiliário e imobiliário do Estado, nomeadamente em contrapartida do investimento público e da amortização da dívida» (pág. 51); apresentar «ainda no presente quadro constitucional» propostas de lei que visam a «transformação das empresas públicas em sociedades anónimas de economia mista», «sobre a venda, troca ou dação em pagamento de elementos patrimoniais de empresas públicas» e ainda a «alienação de participações do Estado ou de outros entes públicos» (págs. 75 e 76); e ainda proceder «à alienação sistemática dos recursos imobiliários do Estado — terrenos e parque habitacional — com base em regimes flexíveis e a preços realistas» (pág. 150).

Paralelamente com esta gigantesca almeada dos bens públicos, Cavaco Silva assegura que se deve «o contributo do sector público radicar sobretudo na infra-estrutura geradora de economias externas para o investimento produtivo» (pág. 40), ou seja, o sector público deve funcionar como gerador de lucros no sector privado!

O «Programa de Governo» claramente anuncia que o Estado dedicará importantes recursos às infra-estruturas não directamente lucrativas dos transportes (nomeadamente a rede ferroviária) enquanto deixa ao capital privado os sectores rodoviários lucrativos (págs. 111 e 113), tal como no campo das telecomunicações, onde igualmente os recursos públicos assegurarão os investimentos básicos e mais vultuosos, deixando ao capital privado a exploração rentável: «além das instalações terminais de assinantes já liberalizadas, a prestação de serviços de valor acrescentado, bem como a instalação e exploração de equipamentos de serviços considerados como complementares e acessórios das redes básicas de telecomunicações, serão objecto de liberalização desde que tal se mostre recomendável (...). Em qualquer caso, serão abertas à iniciativa privada, através de adequadas fórmulas de financiamento ou de concessão» (pág. 120).

Naturalmente que, para atingir estes objectivos o Governo Cavaco Silva sabe que contará com a oposição dos trabalhadores. Bem pode o «Programa» afirmar que o Governo «espera que os trabalhadores aceitem uma evolução dos salários reais que salvaguarde a competitividade e estimule o emprego de modo a alcançarem-se salários reais positivos, mas moderados, em troca de menos desemprego» (pág. 60), mas a verdade é que desde já se anunciam as medidas puramente repressivas que assegurem ao capital alguma tranquilidade nesta cavalgada de destruição do Portugal de Abril que Cavaco Silva se propõe encetar.

Assim, o novo Executivo pretende «modernizar a legislação laboral (...) através da sua flexibilização e harmonização com a legislação dos países nossos parceiros nas Comunidades Europeias» (pág. 138) e assegurar a «flexibilização controlada da cessação do contrato individual de trabalho, nos casos determinados por factos de natureza objectiva» (págs. 63 e 139), isto é, liberalizar os despedimentos.

Mas vai-se ainda mais longe: Cavaco Silva não hesita em anunciar a sua disposição de rever a própria lei das associações sindicais (pág. 138), com o evidente objectivo de tentar quebrar a força do poderoso movimento sindical português.

«S» e este é o panorama geral no determinante campo do trabalho e do emprego, quantos pensarem que deste novo Governo poderia surgir mais bem-estar não tardarão a sofrer pesadas desilusões.

Claramente se afirma que «numa estratégia de forte investimento como a adoptada, é sobre o consumo que há-de exercer-se a acção moderadora da procura interna» (pág. 42).

Para quantos duvidaram da verdade das afirmações que denunciavam o carácter eleicopeleiro e conjuntural de algumas melhorias sectoriais de condições de vida verificadas nos últimos meses, o «Programa do XI Governo» constituirá uma dura chamada à realidade: «os ganhos extraordinários dos termos de troca nos últimos dois anos autorizaram um crescimento do consumo privado em 1986 e 87 acima dos níveis sustentáveis no médio prazo. Após esta fase (...) torna-se imprescindível um crescimento regular mas francamente mais moderado» (pág. 42).

E, agora que a campanha eleitoral terminou, Cavaco Silva vê-se forçado a reconhecer que o futuro próximo e a médio prazo terá de contar com um paralísante défice da nossa balança comercial «eventualmente ainda agravado pela perda de parte significativa dos ganhos dos termos de troca ocorridos em 1985/86» (pág. 41).

E noutros sectores não é diferente o panorama, não são diversas as opções e a prática que se anuncia.

Também aqueles que procuravam estabilidade poderão verificar quanto de correcto havia nas advertências de forças democráticas sobre que é a própria política de direita seguida até agora e que agora se agrava a responsável primeira pela instabilidade.

Cavaco Silva propõe-se realizar uma verdadeira contra-revolução legislativa alterando o quadro legal do Portugal de Abril: revisão das leis eleitorais para a Assembleia e para as autarquias (pág. 19) e para a Presidência da República; revisão da lei dos baldios, retirando-os aos povos e entregando-os às autarquias (pág. 32); revisão da lei das Finanças Locais (pág. 31); revisão da lei do Serviço Nacional de Saúde (pág. 131); revisão da legislação laboral com liberalização dos despedimentos; revisão da legislação sobre associações sindicais; revisão da Lei de Bases da Reforma Agrária (pág. 89) e do arrendamento rural (pág. 88); revisão da lei sobre a atribuição de subsídio de desemprego aos jovens (pág. 186); revisão da lei da rádio e licenciamento de frequências (pág. 183); revisão da legislação sobre concessão de TV privada sem qualquer referência aos preceitos constitucionais em vigor (pág. 182); alteração da lei sobre rendas de casa, visando a sua liberalização (pág. 150); etc.

Seria ainda necessário sublinhar que o novo Governo de Cavaco Silva se propõe vender ao capital privado todos os jornais estatizados e alguns dos sectores da rádio nacionalizada, que considera dever ser dado maior incremento ao ensino privado em detrimento do ensino oficial, que defende uma maior intervenção da medicina privada no quadro assistencial português, que conta com a «generosidade dos cidadãos e organizações para a oferta de equipamentos de saúde a estabelecimentos públicos ou privados» (pág. 135).

Seria ainda necessário sublinhar que, no campo da Independência nacional, o Governo entende reforçar a participação na NATO, «procurando valorizar e aumentar as potencialidades geoestratégicas de todo o território nacional» (pág. 2), o que equivale a dizer que se trata de pôr todo o território nacional ao serviço dos planos militares do imperialismo; que o «Governo continuará a fomentar a cooperação entre as forças e serviços de segurança portuguesas e as organizações suas congéneres dos restantes países da Comunidade» europeia para a «prosecução de políticas integradas de segurança interna» (pág. 16).

A moderação formal das palavras, a cuidado em buscar expressões elípticas e pouco claras, os artifícios de sistematização de medidas não ocultam o efectivo carácter do «Programa do XI Governo Constitucional» em discussão na Assembleia da República do Portugal de Abril.

Não estamos face a um programa de Governo, mas sim a um efectivo programa de subversão, de contra-revolução, de desestabilização e destruição do regime democrático consagrado na Constituição.

Estamos face a uma ofensiva global contra o regime, contra os interesses dos trabalhadores, de todas as camadas da população que não beneficiam da exploração capitalista, da concentração do capital, do enfeudamento aos monopólios e ao imperialismo.

O Programa constitui desde já a comprovação da justeza das advertências que o Partido Comunista Português e outras forças democráticas lançaram durante a campanha eleitoral. Constituído por isso mesmo o primeiro passo para o esclarecimento dos objectivos reais do Executivo de Cavaco Silva, para o esclarecimento do povo português sobre o que significa a concretização da política agora anunciada.

Para quem porventura tivesse ainda dúvidas, tudo fica agora mais claro. Com tal «Programa», necessariamente — a luta continua!

Resumo

19 Quarta-feira

A XI Conferência da Reforma Agrária realiza-se em Évora em 10 e 11 de Outubro e será, segundo a Comissão Organizadora, «um momento alto de debate público sobre a importância da RA para o futuro da agricultura portuguesa». ■ O Sindicato dos Jornalistas e a Associação da Imprensa Diária assinam um protocolo que estabelece aumentos salariais de 12% a partir de Julho, o que apenas permite, segundo o SJ, repor o poder de compra de 84 e 85. ■ Na Namíbia são presos mais alguns dirigentes da SWAPO, numa operação policial que inclui ainda buscas a residências de outros dirigentes e activistas e a sindicatos. ■ Um milhar de camponeses espanhóis sem terras ocupa e começa a cultivar uma extensa propriedade estatal na Andaluzia, exigindo trabalho e Reforma Agrária. ■ No Brasil decorre hoje uma greve geral convocada pela CUT e pela CGT para que sejam repositos os salários, afectados em 37,5% desde Março passado em virtude da inflação, e contra o desemprego. As primeiras informações sublinham a grande adesão em toda a zona industrial de S. Paulo.

20 Quinta-feira

No 1.º semestre deste ano o investimento espanhol em Portugal quintuplicou. A Espanha tornou-se o primeiro investidor estrangeiro em Portugal; Portugal é, por seu lado, o 26.º investidor em Espanha. ■ Na sua última reunião, o Conselho de Ministros do primeiro governo de Cavaco Silva anula o concurso para equipamento e exploração do terminal carbonífero de Sines. O terminal deveria estar concluído em 1990. ■ Matas e culturas continuam a ser devastadas pelo fogo — hoje em Trás-os-Montes e em Viseu, Guarda, Castelo Branco, Coimbra. ■ O movimento grevista na Coreia do Sul continua a alastrar, tendo-se iniciado hoje 148 novas greves, o que eleva para mais de 430 as empresas paralisadas. ■ A Anglo American Corporation, sul-africana, encerra um poço da sua mina de ouro de Vaal Reefs, em resposta à decisão dos seus 3 mil trabalhadores de prosequirem a greve. É o 1.º caso de lock-out desde o início da greve mineira em 9 de Agosto.

21 Sexta-feira

No 1.º semestre deste ano prevê o INE um agravamento de 90,8 milhões de contos — 49,6% — do défice da Balança Comercial. A previsão aponta ainda, referindo-se a todo o ano de 1987, para um crescimento acelerado do consumo privado relativamente ao consumo público e das importações face às exportações. ■ Fogos deflagram de novo em Coimbra. Hoje, mais de 500 hectares destruídos, povoações cercadas, evacuações que podem estar iminentes. ■ Segundo um estudo do BPA, os 9 bancos estrangeiros que operam em Portugal duplicaram no conjunto, em 3 anos, a fatia de depósitos totais do sistema financeiro português. ■ Previsões oficiais da CEE apontam para um ritmo de crescimento económico «mínimo» em 87 dos 12 países da Comunidade globalmente considerados e para o aumento geral do desemprego. ■ China e URSS

— anuncia-se em Moscovo — chegaram a acordo sobre os princípios para a redifinição da fronteira comum de 7200 km. ■ Os EUA anunciam a criação de um «comando central» para as forças que têm no Golfo, Mar de Oman e Oceano Índico — no total, cerca de 4 dezenas de vasos de guerra e mais de 25 mil homens.

22 Sábado

Privatização de todos os jornais e a manutenção de um só canal TV e de um só canal Rádio estatizados são anunciados por semanários ligados ao PSD, em antecipação de parte do conteúdo do programa do Governo a apresentar 4.ª feira na AR. ■ Segundo um estudo publicado na revista «Nova Economia», o desemprego continuará a subir acentuadamente nas zonas Centro e Sul, atingindo mais de 17,5% em 1990, com 20% para o desemprego feminino. ■ A SAPEC lança cerca de 80 metros cúbicos de produtos poluentes no Sado, afectando para já cerca de 1 km de águas residuais. ■ Mais de 100 manifestantes feridos por disparos da polícia em Bilbao é o primeiro balanço da repressão contra uma acção promovida pelo partido separatista basco Herri Batasuna, de protesto contra a colocação de bandeiras espanholas no edifício da Câmara e a expulsão de bascos da França. ■ Madre Teresa de Calcutá, em Moscovo, onde se avistou com o Comité de Paz Soviético, defende «a utilização das verbas gastas em armas na satisfação das necessidades dos pobres, desalojados, famintos, doentes».



Madre Teresa em Moscovo

23 Domingo

Titulos de caixa alta em quase toda a imprensa, na rádio e TV para um acontecimento insólito: «Governo trabalha ao domingo!» ■ O CDS anuncia que manterá a sua «oposição construtiva» ao Governo Cavaco Silva. ■ O Campeonato Nacional de Futebol da I Divisão tem hoje início, agora alargado a 20 equipas. ■ A greve dos mineiros sul-africanos do carvão e do desenvolvimento decorrente das medidas do desarmamento. ■ A Câmara das Minas, que agrupa as principais companhias mineiras da África do Sul, e o Sindicato Nacional dos Mineiros reatam negociações sobre as reivindicações que levaram à greve em curso. Pela primeira vez o patronato aceita negociar «sem condições prévias». ■ Milhares de trabalhadores sul-coreanos participam num comício de protesto contra o assassinato da polícia de um seu camarada. Há agora 576 empresas em greve e as reivindicações salariais junta-se a exigência de demissão do ministro do Interior.



Mário Caetano

24 Segunda-feira

Em Portugal — que possui a maior Zona Económica Exclusiva da CEE — as importações de peixe duplicaram no 1.º semestre deste ano, em relação a idêntico período do ano passado, correspondendo a um aumento de cerca de 25 milhões de contos. ■ O PCP manifesta a sua oposição à eliminação da Comissão da Condição Feminina da AR, considerando tal intenção governamental «grave retrocesso nas acções tendentes a defender os interesses das mulheres». ■ Segundo transpante da medula óssea efectuada em Portugal, no IPO, em doente sofrendo de leucemia. ■ Morre Mário Caetano, antifascista desde a juventude, há longos anos militante comunista. De Pinhel, advogado, tinha 64 anos e foi ainda há pouco cabeça de lista da CDU pela Guardã às eleições legislativas. ■ O SPD conseguiu a convocação de uma sessão especial do Bundestag para debate da questão do desmantelamento dos 72 Pershing-1-A estacionados na RFA. A sessão deve ter lugar a 4 de Setembro. ■ O 13.º Congresso do Partido Comunista da China foi marcado para Outubro. ■ A Frente de Libertação Nacional da Nova Caledónia apela à mobilização popular contra o pseudo referendo sobre a autonomia que o governo francês pretende realizar ali em 3 de Setembro.

25 Terça-feira

Vitor Crespo, do PSD, é eleito presidente da AF. Vice-presidentes também eleitos: Ferraz de Abrujo (PS), José Manuel Maia (PCP), Marques Junior (PRD). ■ A água começa a faltar no Algarve; na Costa da Caparica, onde o abastecimento entrará há dias em pré-ruptura, a situação está praticamente normalizada. ■ Duas listas, encabeçadas por Silva Resende e Romão Martins, candidatam-se à presidência da Federação Portuguesa de Futebol, em eleições marcadas para 12 de Setembro. ■ Gorbachov propõe uma cimeira dos 15 países membros do Conselho de Segurança para debate do desarmamento em relação com o desenvolvimento, em mensagem à conferência da ONU sobre estas questões que decorre em Nova Iorque. A URSS apóia, afirma, a criação de um fundo para o desenvolvimento decorrente das medidas do desarmamento. ■ A Câmara das Minas, que agrupa as principais companhias mineiras da África do Sul, e o Sindicato Nacional dos Mineiros reatam negociações sobre as reivindicações que levaram à greve em curso. Pela primeira vez o patronato aceita negociar «sem condições prévias». ■ Milhares de trabalhadores sul-coreanos participam num comício de protesto contra o assassinato da polícia de um seu camarada. Há agora 576 empresas em greve e as reivindicações salariais junta-se a exigência de demissão do ministro do Interior.

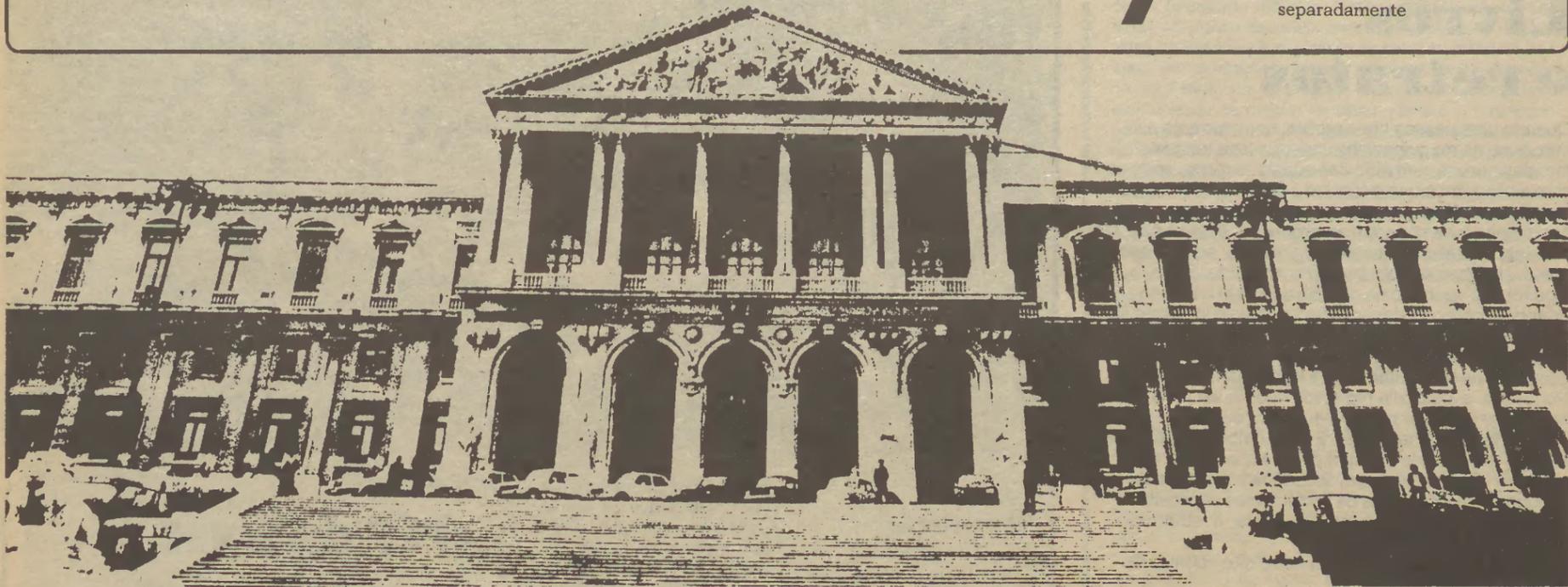
Avante!
Profissionais de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODIX, Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODIX, Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º — 1000 Lisboa, Tel. 24417
DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa, Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 — 1200 Lisboa, Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro, Tel. 24417
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto, Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra, Tel. 26314
ASSINATURAS: Alarcova de Baixo, 57-4.º, Esq.º — 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora, Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa, Tel. 77 69 98/77 67 59
Porto — Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º — 4000 Porto, Tel. 38 10 67
Composto e impresso na Haska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85



Programa de Cavaco em discussão na Assembleia

Após a aprovação da constituição da Comissão Permanente, a que se seguiu um prolongado processo para a eleição do Presidente e da Mesa da Assembleia da República — matérias que preencheram a agenda da última terça-feira —, Cavaco Silva apresentou ontem no Parlamento o programa do seu governo, iniciando assim uma discussão que se prolongará pela tarde de hoje, quinta-feira, prevendo-se a sua conclusão para amanhã, sexta-feira.

Mantido sob o mais estrito sigilo até poucas horas do início da sua discussão, o programa do Governo dado a conhecer ao Plenário pelo Primeiro-Ministro retoma no essencial as grandes linhas de ataque às conquistas democráticas consagradas na Constituição da República, matérias essas que foram posteriormente objecto das declarações e das perguntas formuladas à hora do fecho da nossa edição pelos grupos e agrupamentos parlamentares a Cavaco Silva.

A apreciação da proposta de deliberação com vista à constituição da Comissão Permanente bem como a eleição

da Mesa realizadas terça-feira última reflectem entretanto a nova correlação de forças existente, constituindo

um primeiro sinal negativo por parte da bancada do partido do Governo quanto ao seu entendimento do que deverá ser o papel da oposição e a sua respectiva representação nos órgãos constitucional e regimentalmente previstos.

dependente do PS) votado contra — a composição da nova Comissão Permanente fica de certo modo mutilada, não englobando todas as forças políticas representadas no hemiciclo, facto que rompe com uma prática estabelecida nas anteriores legislaturas. Constituída por trinta deputados, a Comissão Permanente ficou assim distribuída; 17 deputados do PSD, 7 do PS, 3 do PCP, 1 do PRD, um do CDS e um do Partido «Os Verdes».

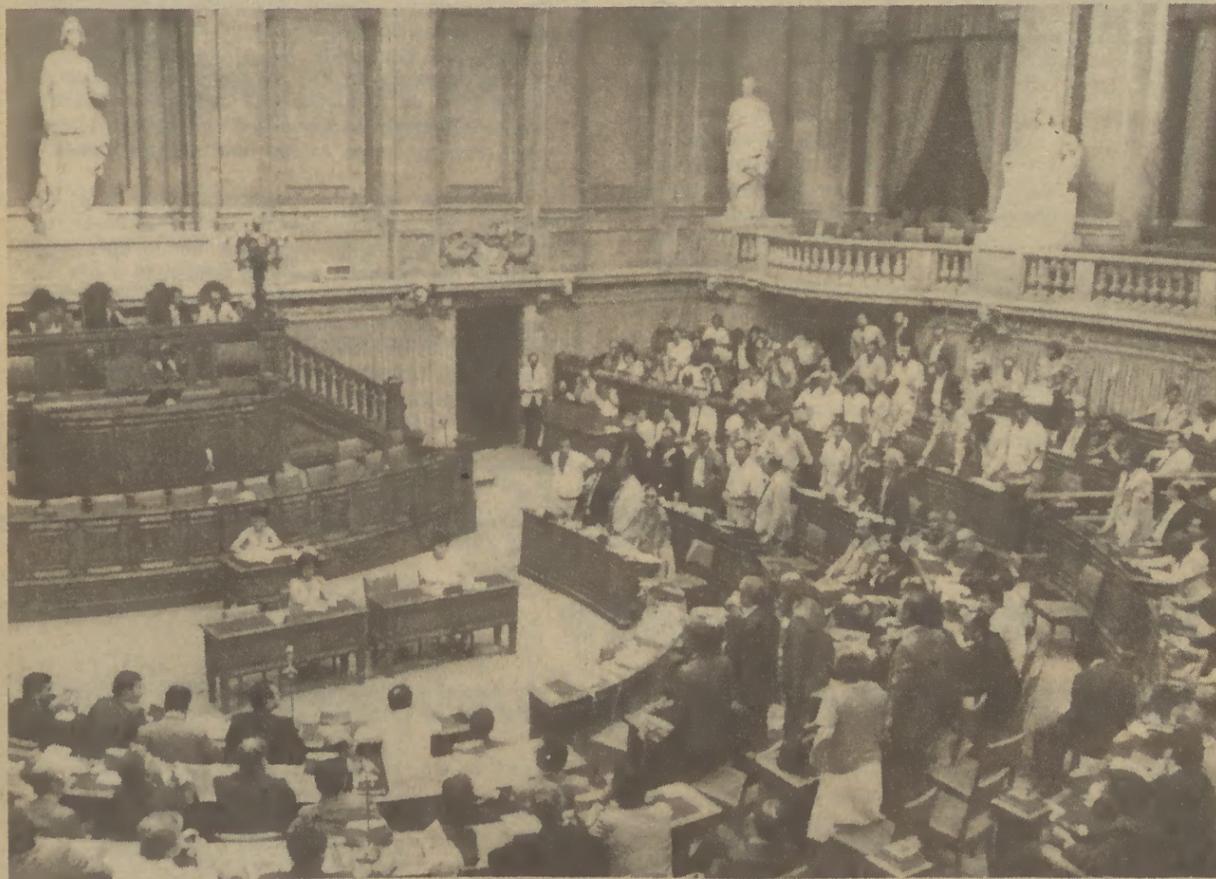
Quebrar uma prática

Contrariando afirmações do Primeiro-Ministro imediatamente após as eleições de 19 de Julho e na tomada de posse do Governo que apontavam para um certo comedimento, para o reconhecimento do papel positivo da oposição e para o respeito pelo cumprimento do seu estatuto, a bancada do PSD não reconheceu com efeito um direito que a praxe da Assembleia da República de há muito tinha instituído aos agrupamentos parlamentares, ou seja, impediu que a Intervenção Democrática, entretanto constituída em agrupamento parlamentar, venha a estar representada na Comissão Permanente.

Com esta imposição do PSD — que na votação contou com o apoio do CDS e a abstenção do PS, tendo os outros partidos (PCP, PRD, Verdes, ID e um deputado in-

dependente do PS) votado contra — a composição da nova Comissão Permanente fica de certo modo mutilada, não englobando todas as forças políticas representadas no hemiciclo, facto que rompe com uma prática estabelecida nas anteriores legislaturas. Constituída por trinta deputados, a Comissão Permanente ficou assim distribuída; 17 deputados do PSD, 7 do PS, 3 do PCP, 1 do PRD, um do CDS e um do Partido «Os Verdes».

«A maturidade democrática não se afirma só na capacidade dos povos para se integrarem em maiorias. Bem ao contrário — disse ainda o jovem deputado — ela assenta mais na sua capacidade de aceitar a diversidade, de potenciar a diferenças, de assumir inteiramente as suas minorias».



a Talhe de FOICE

Livros e retratos

Quando uma pessoa tira o retrato, nem que seja *a la minute* ou na maquinazinha cara que leva todas as moedas gordas num átrio de estação, é quase sempre com a esperança que a foto lhe saia bem; que, a preto e branco ou a cores, lhe não apareça depois uma carantonha a atirar para a amargura ou, o que é pior, lhe não saia aquela expressão marginal que, sem se saber como, às vezes se cola à face do retratado. E, se alguém nos aponta uma objectiva, lá vem o sorriso pretender compor o instantâneo, não vá o fotógrafo ficar com má recordação de nós.

Os portugueses, porém, têm azar. Nem sempre escolhem as boas alturas para lhes tirarem o retrato. Por vezes, a fotografia registada não vai ser para emoldurar ou enfiar numa velha caixa de sapatos à espera de ganhar tempo para uma lembrança feliz, mas para os arquivos de uma polícia qualquer, para, num qualquer dia, nos poderem acusar de protestarmos indignações várias. Mas os portugueses são muito retratados. E, na maior parte dos casos, o retrato sai-lhes mal.

Sobretudo quando pescam na foto o dito «português médio».

Toda a gente sabe que o português médio não existe. Mas retratos dele é que não faltam. Parciais, é certo. Mas que não deixam de compor uma triste figura. Com tendência a agravarem-se os tons mais negros. Assim, de vez em quando, mostram-nos que o português anda embebido em álcool — meio milhão ou mais de alcoólicos; que um milhão são deficientes; alguns milhões de cardíacos; outros milhões de reumáticos; outros diabéticos; muitos milhões de analfabetos; meio milhão de desempregados...

O português médio tem fatalmente de caber numa destas desgraças. Se não arrisca-se a não ser médio mas sim uma excepção não retratada, a quem ninguém liga nenhuma.

É certo que muito se tem feito para que o português médio tenha um retrato mais bonito.

Anunciando, por exemplo, em todas as eleições, que o desemprego vai acabar. E agora até há um ministro para o Emprego.

Quanto à Saúde, confirma-se a Beleza no respectivo Ministério e espera-se que continuem as campanhas de angariação de fundos, pedinchando por aí.

Quanto ao álcool, o português médio, com a sua garrafa média no bolso, vai escorropichando todos os copos de tinto que consegue, entre dois anúncios de televisão a dizer-lhe os sabores e os aromas de aguardentes, vermutes e uísques. Mas pode estar descansado, porque a mesma televisão lhe diz para não beber, enquanto conduz...

Quanto aos analfabetos, em tempos um responsável PSD lá dos Açores afirmava ter uma receita para acabar com eles. Era deixá-los ir morrendo.

Mas, enquanto se vai levando assim o retrato, o português médio não quer ficar descaracterizado. E assim bebe, e sofre, e desemprega-se, e não lê. Uma importante parte do retrato veio a ser há pouco revelada: um inquérito da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros mostra-nos que 62,5 por cento dos portugueses não lêem livros e que 66,5 por cento os não compram. Que em 25 por cento das casas portuguesas — aquelas certamente onde se come do mesmo prato e se bebe do mesmo copo — não há um único livro (e haverá pão, vinho e fruta?).

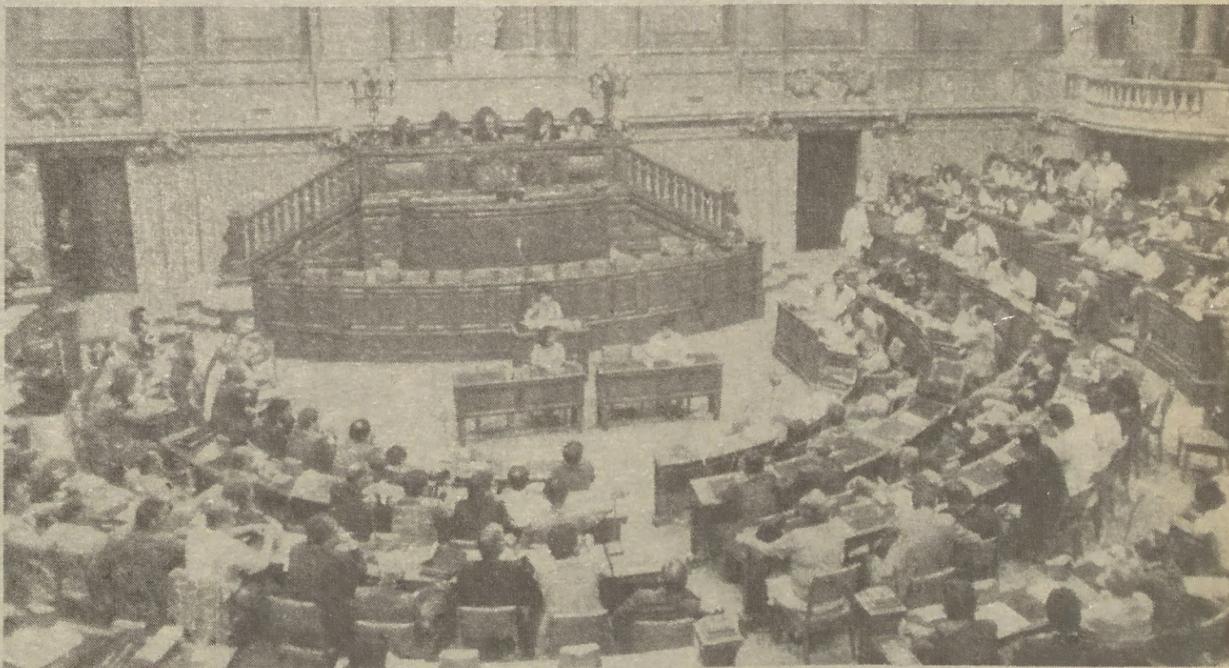
Decerto para equilibrar o chocado contemplador do retrato, dizem-nos que, se é verdade que tanta gente não lê livros, também verdade é que apenas 7,9 por cento da população não vê televisão. Assim equilibrado, no entanto, o leitor não deixará de perguntar-se se o português médio não lê porque fica pasmado diante do televisor. E seria interessante saber se, enquanto de 1983 para cá a percentagem de leitores diminuiu de 41,7 para 37,5 por cento, a percentagem de telespectadores aumentou na mesma ordem.

Retratos destes, por mais interessantes e reveladores que sejam — e são-no! —, deixam sempre perguntas no ar. E uma delas carregada de amargo: como é possível? E outras: que livros são propostos ao leitor? Que se faz para tornar sedutor um livro ou o acto reflexivo da leitura? Que livros são lidos pelos poucos que lêem? Se são os jovens dos 15 aos 19 anos aqueles que lêem mais, será porque vêem menos TV? O produto da RTP é bom e os livros é que não prestam? E a propósito: quanto custa um livro?

Como para modificar um retrato é preciso em primeiro lugar alterar o que se retrata — e não adianta muito uma pessoa mascarar-se, que o hábito nunca fez o monge —, há muito a fazer para que o retrato do português médio o mostre a ler um livro.

E certamente não serão aquelas cenas que passam na TV, a mostrar uma realidade que não existe e ainda por cima ridícula e chocha — um homem a morar numa barraca e a fazer uma estante, famílias folheando forçadamente um livro enquanto a telenovela não chega, etc. — que hão-de levar o português médio a decidir modificar o seu retrato.

■ LM



Estranha interpretação

A eleição para a Mesa realizada na terça-feira — processo moroso que obrigou a uma segunda votação devido ao facto de na primeira não terem sido eleitos um vice-presidente (PRD) dois secretários (PCP e PRD) e dois vice-secretários (PCP e PRD) — evidenciou também, por seu turno, uma estranha interpretação do partido do Governo (fica-nos a dúvida se intencional para mostrar a sua força ou se por apenas uma incontrolada indisciplina de voto da bancada) quanto ao respeito pela lei, a qual estipula claramente que os quatro principais partidos com assento parlamentar apresentam candidatos à Mesa da Assembleia, isto é, para ocupar os lugares de vice-presidentes e de secretários.

Seja como for, o que é certo é que, após segundo escrutínio, todos os deputados pro-



O camarada José Manuel Maia, membro suplente do CC e que substitui o camarada José Vitoriano na vice-presidência da Assembleia da República

postos pelos respectivos partidos para ocupar os lugares da Mesa da AR foram eleitos pela maioria absoluta de deputados em efectividade de funções, tal qual estabelece a Constituição da República. Victor Pereira Crespo, do PSD, foi eleito por sua vez para presidente da Assembleia da República com 145 votos a favor e 31 contra.

O deputado comunista José Manuel Maia passou a ocupar um dos lugares de vice-presidente da Mesa, juntamente com Manuela Aguiar (PSD), Ferraz de Abreu (PS) e Marques Júnior (PRD). Para o lugar de secretário foi eleito, pelo PCP, Cláudio Percheiro e para o de vice-secretário, também pelo Partido, Apolónia Maria Teixeira.

José Manuel Maia, com 41 anos, operário da Lisnave, presidente da Assembleia Municipal de Almada e secretário desde a Assembleia Constituinte em todas as legislaturas, substituiu o camarada José Vitoriano — que apresentara um pedido de substituição do mandato de deputado — destacado comunista que desde 1976, ou seja desde a primeira legislatura, exercia de modo altamente prestigiante para o Partido e para as instituições democráticas as funções de vice-presidente da Assembleia da República.

A conferência de líderes parlamentares apreciou já, entretanto, em mais que uma ocasião, o conjunto de comissões parlamentares a criar e seu âmbito, tendo suscitado forte reacção na oposição o propósito do PSD de pretender extinguir a Comissão da Condição Feminina (ver nota do Secretariado do CC). Depois de várias tomadas de posição pública de partidos e forças sociais, o assunto foi adiado prevendo-se a decisão final para o mês de Setembro.

«PCP dará voz às reclamações e aspirações dos trabalhadores»

«Nas novas condições, o PCP continuará a sua luta para desmascarar e obstaculizar, tanto quanto possível, as propostas e iniciativas da direita». As palavras são do líder parlamentar comunista Carlos Brito e foram proferidas em exclusivo ao «Avante!», terça-



-feira última, sob a forma de um breve depoimento, no decorrer de um intervalo da segunda sessão plenária da V Legislatura.

Definindo em breves palavras o que irá ser a linha de actuação da bancada comunista no novo quadro parlamentar saído das eleições de 19 de Julho último, Carlos Brito referiu-nos que a «existência de uma maioria absoluta do PSD na composição actual da Assembleia da República cria condições completamente diferentes daquelas que existiam na Assembleia anterior, onde existia uma maioria democrática».

Este facto novo não impedirá, todavia, como nos afirmou, que o Grupo Parlamentar do PCP desenvolva uma luta persistente «para que sejam aprovadas sempre que possível medidas tendentes a dar resposta a alguns dos problemas nacionais», postura que será sempre acompanhada simultaneamente pela preocupação de «dar voz às reclamações e aspirações dos trabalhadores e de todas as camadas da população que vão ser atingidas pela política reaccionária do Governo».

PCP

Nota do Secretariado sobre a extinção da Condição Feminina

Na sequência de opiniões defendidas pelo PSD expressando a vontade deste partido de extinguir a comissão parlamentar da Condição Feminina, o Secretariado do CC do PCP emitiu na passada segunda-feira a seguinte nota:

1. O Grupo Parlamentar do PSD, no quadro de uma proposta de eventual nova

arrumação das comissões parlamentares, bem reveladora dos seus propósitos de governamentalização da assembleia, manifesta a intenção de eliminar a Comissão da Condição Feminina da Assembleia da República.

2. Numa altura em que se acentuam as discriminações em relação às mulheres no plano político, económico e social, que se

agravam as suas condições de vida e de trabalho, nomeadamente no que se refere ao emprego e em que o Governo não cumpre nem faz cumprir legislação para a defesa dos direitos da mulher, o propósito de eliminar a Comissão da Condição Feminina da Assembleia da República significa um grave retrocesso na acção tendente a defender os interesses das mulheres.

3. O Secretariado do Comité Central do PCP, cujo Grupo Parlamentar esteve intimamente associado à iniciativa que levou à criação desta Comissão, não pode deixar de alertar as mulheres portuguesas para o grave significado do desaparecimento desta comissão da Assembleia da República proposta pelo PSD em consonância com a formação do Governo Cavaco Silva.

Trabalhadores



«O diálogo e a participação dos professores são indispensáveis para a resolução dos problemas do ensino. Por isso e pela defesa dos seus direitos, frequentemente postos em causa pelos responsáveis do Ministério da Educação, têm lutado os professores. Mais uma vez a FENPROF reafirma a sua disponibilidade para o diálogo e lembra a necessidade de avançar com a resolução de questões deixadas em aberto por João de Deus Pinheiro (foto da manifestação de professores em Lisboa, do Marquês de Pombal para o edifício do MEC, no dia 28 de Maio deste ano)»

FENPROF propôs ao ministro reunião de trabalho para discutir dossiers em aberto

Os quadros de efectivos no ensino primário, no preparatório e no secundário, bem como na educação pré-escolar, o ordenamento jurídico da formação de professores e a revisão salarial dos professores portugueses a leccionar no estrangeiro são alguns dos *dossiers* em aberto no Ministério da Educação que a Federação Nacional dos Professores refere num ofício enviado na semana passada ao novo ministro, Roberto Carneiro; nesse documento a FENPROF propõe a realização de uma reunião de trabalho para apreciação destes e de outros temas que preocupam a classe docente.

A carta é assinada pelo secretário-geral da Federação, António Teodoro, e tem data de 17 de Agosto, dia da tomada de posse do Governador.

Uma responsável da Federação disse ao «Avante!», pouco antes do fecho da edição, que ainda não havia qualquer resposta da parte

do Ministério da Educação.

«Estamos seguros — afirma-se no documento — que, na educação, como em outros sectores da vida nacional, é possível encontrar soluções para os problemas». A FENPROF manifesta a sua «inteira disponibilidade para, no diálogo e no respeito mútuo, encontrar sempre as melhores soluções para os problemas da educação e dos professores».

Independentemente de outros temas que o ministro entenda colocar, a Federação Nacional dos Professores propõe que sejam abordados

na reunião de trabalho os *dossiers* deixados em aberto por João de Deus Pinheiro, citando os referentes aos quadros de efectivos no ensino primário, no preparatório e no secundário e na educação pré-escolar, o ordenamento jurídico da formação de professores, a revisão salarial dos professores portugueses a leccionar no estrangeiro e o Estatuto do ensino superior particular e cooperativo.

A Federação sugere também a discussão das prioridades do governo e do Ministério no sector da educação, as relações entre o ME e a FENPROF («a compatibilização entre o exercício da actividade governativa e o exercício, por parte dos professores, do direito à negociação colectiva das condições de trabalho e de participação na definição da política educativa»), adiando ainda a hipótese de marcação de novas reuniões de trabalho «de acordo com as prioridades estabelecidas».

Colocações

As listas de colocações de professores da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário abrangidos pela «preferência conjugal» e pelos concursos de não efectivos podem ser consultados desde antemontem nos sindicatos dos professores do Norte, da Região Centro, da Grande Lisboa e da Zona Sul, de acordo com uma nota distribuída pela FENPROF à imprensa.

Entreposto de Setúbal

Foi publicada segunda-feira no «Diário da República» uma resolução do Conselho de Ministros concedendo ao Entrepósito Industrial Metalomecânica SA, de Setúbal, condições especiais para a regularização das dívidas da empresa à segurança social num prazo de dez anos, em prestações mensais e crescentes. A Secretaria de Estado do Emprego — como o «Avante!» teve oportunidade de noticiar no último número — prorrogou por mais 30 dias do prazo para a decisão sobre o pedido feito pela administração do Entrepósito para proceder ao despedimento colectivo de 300 trabalhadores. Comentando essa decisão, a Comissão de Trabalhadores e a Comissão Intersindical daquela empresa afirmaram que «a atitude correcta do governo seria a de, pura e simplesmente, proibir o despedimento colectivo e pressionar os accionistas da empresa a por em prática medidas para a sua viabilização».

Possível greve na TAP

Pode vir a ser decretada greve na TAP devido à suspensão de dez tripulantes de um *Lokheed* que fazia o percurso Lisboa-Montreal, os quais se recusaram a ultrapassar o limite máximo de 15 horas de serviço estabelecido no acordo de empresa. A possibilidade da greve foi admitida após uma assembleia geral do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil realizada no dia 21 de Agosto e na qual foi exigido o levantamento da suspensão e o arquivamento dos processos instaurados aos tripulantes.



Hospital do Lorrvão

As sanções aplicadas a quatro médicos psiquiatras do hospital do Lorrvão «não parecem um acto disciplinador, mas sim um acto que, explorado junto da opinião pública menos esclarecida, permita um campo de manobra necessário a uma mais fácil aceitação de medidas impopulares no terreno da saúde» — afirma o Sindicato dos Médicos da Zona Centro num comunicado distribuído à imprensa segunda-feira. Associando-se à opinião emitida pela Ordem dos Médicos, o sindicato afirma que «não houve quebras éticas ou deontológicas» e condena a parcialidade e a dureza das sanções disciplinares aplicadas. O sindicato aguarda que o Supremo Tribunal Administrativo tome uma posição quanto às acusações de suborno de que são alvo aqueles quatro médicos.

Curso para músicos

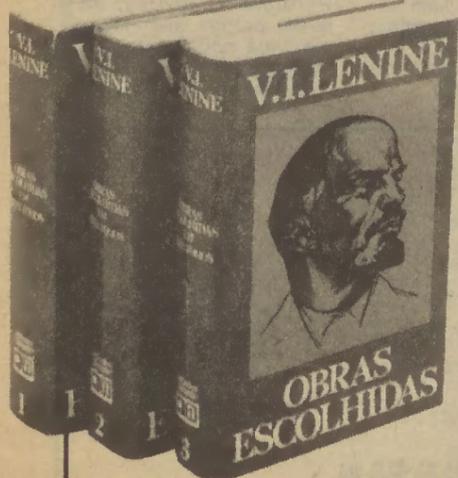
O Sindicato dos Músicos tem abertas até 30 de Outubro inscrições para um curso de aperfeiçoamento de instrumentistas para orquestras e outro de formação de técnicos de animação musical. Os cursos têm o apoio do FSE e destinam-se a jovens de 18 aos 25 anos. Os alunos terão uma remuneração de valor igual ao do salário mínimo nacional e as aulas decorrerão em Lisboa e no Porto. Entre os profissionais que irão leccionar o curso de aperfeiçoamento de instrumentistas contam-se Jorge Peixinho, Aníbal Lima, Irene Lima, Anabela Chaves, Alexandre Oliva e Leonardo Barros.



Faltam músicos nas orquestras portuguesas, lembra o sindicato

OBRAS ESCOLHIDAS DE V.I. LÉNINE
O ESSENCIAL DA OBRA DE LÉNINE NUMA TRADUÇÃO RIGOROSA

edições **Avante!**



Trabalhadores

Administração e Governo continuam a provocar o impasse nos CTT

● Plenário defende ambulâncias postais

A comissão negociadora sindical (FCT/SNTCT/SINTEL) acusa a administração dos CTT e o Governo de continuarem a provocar o impasse nas reuniões semanais de negociação do acordo de empresa.

No comunicado em que dão conta da reunião da passada quinta-feira os representantes dos trabalhadores dos Correios e Telecomunicações de Portugal justificam a acusação com a conduta da administração nas negociações: alterou a sua contraproposta de aumentos salariais de 8 para 8,5 por cento, enquanto rejeita qualquer alteração no que toca ao clausulado; além do aumento na tabela, considerado «insignificante e ridículo», a administração propôs aumentos de menos de 8 por

cento nos subsídios de condução e de pequeno-almoço.

«Isto prova claramente — afirma a comissão negociadora sindical dos CTT — a administração e o Governo pretendem prolongar o processo ao máximo».

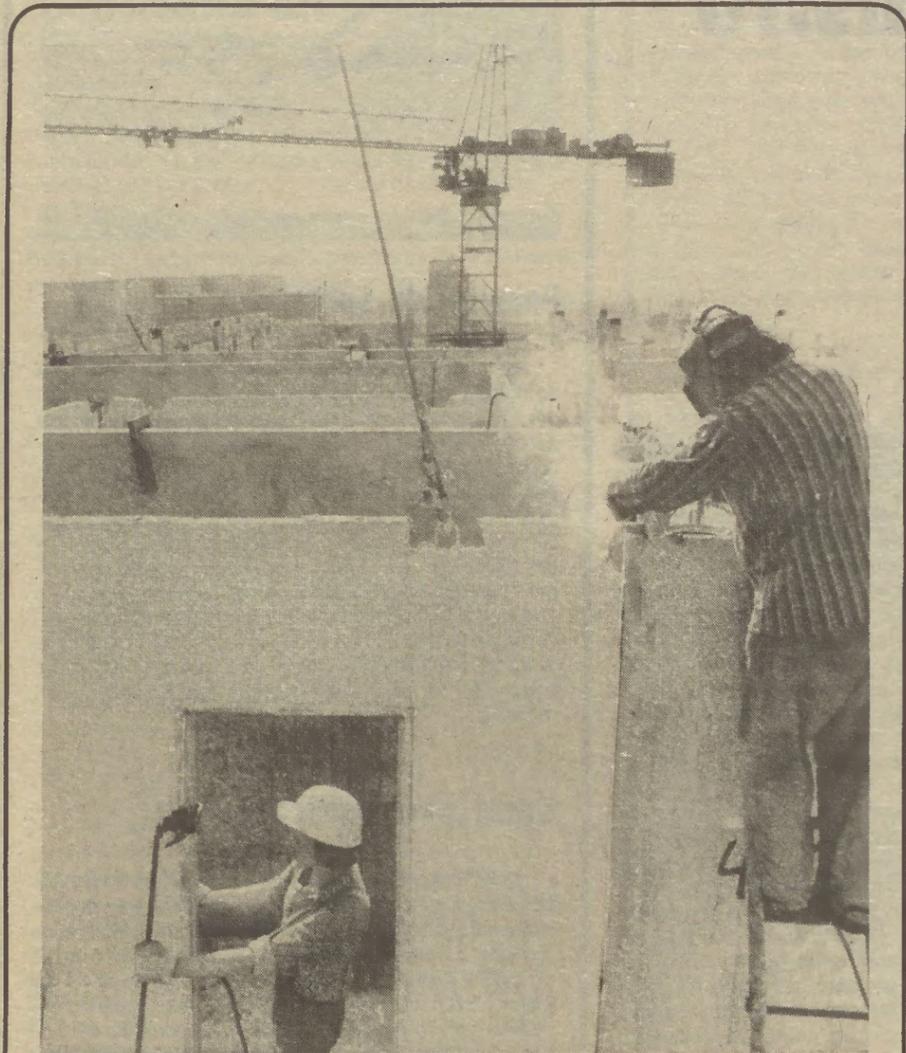
Um plenário de trabalhadores das ambulâncias postais dos CTT decidiu «exigir do órgão de gestão uma posição transparente», «defender o tratamento ambulante como forma mais eficaz de uma boa prestação de serviço» e «impedir por todos os

meios a privatização de áreas rentáveis do sector postal»; a Comissão de Defesa das Ambulâncias Postais, a Comissão de Trabalhadores dos CTT e as organizações sindicais foram mandatadas «para em conjunto estudarem e proporem as formas de luta adequadas».

Esta posição segue-se a alterações já efectuadas nas ambulâncias Expresso Postal, Beira Alta, Douro e Sul, as quais levam a Comissão de Trabalhadores dos CTT a afirmar que «a supressão das ambulâncias postais e a sua substituição acarreta uma perda significativa na qualidade de serviço».



Enquanto a administração faz que anda sem andar, os representantes dos trabalhadores dos CTT exigem o avanço das negociações para a revisão do acordo de empresa e dão passos concretos para conseguir um acordo rapidamente: na última reunião a comissão negociadora sindical alterou, nomeadamente, a sua proposta de 18 para 15 por cento de aumento na tabela salarial



Uma dezena de queixas por dia foi a média registada no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção do Porto. Para evitar as constantes violações de direitos dos trabalhadores o patronato exige... a revisão das leis que reconhecem esses direitos

Até houve agressões revela um balanço das queixas apresentadas no Sindicato da Construção do Porto

Dois terços dos trabalhadores da construção do Porto que apresentaram reclamações no sindicato (STICP) fizeram-no por não verem garantido o direito a férias e ao respectivo subsídio.

Estes números constam de um balanço divulgado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção do Porto acerca das 300 queixas recebidas de 19 de Julho a 20 de Agosto e que cita como exemplos de desrespeito das normas laborais as empresas M. Azevedo Miranda e Ecop — Arnaldo Oliveira.

O estudo refere ainda que 25 por cento das reclamações estão relacionadas com despedimentos ilegais. Muitas das queixas foram motivadas por cessação de contratos a prazo e violação dos direitos de férias.

Foram também objecto de reclamações diversas agressões a trabalhadores, salários em atraso, situações em que descontos para a segurança social ficaram nos cofres de empresas e situações de falta de segurança no trabalho.

Despedimento colectivo ameaça 85 trabalhadores da Jayme da Costa

Previsto plenário no princípio de Setembro

A gerência da empresa Jayme da Costa apresentou na Secretaria de Estado do Emprego um pedido de autorização para o despedimento de 85 dos seus 274 trabalhadores. A intenção de proceder ao despedimento colectivo foi dada a conhecer à Comissão de Trabalhadores numa reunião realizada na última meia hora de trabalho antes da empresa encerrar para férias.

Para os primeiros dias de Setembro — informa o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte — está prevista a realização de um plenário na empresa para análise da situação e definição das formas de luta a adoptar. De acordo com o comunicado que a direcção do STIEN distribuiu aos órgãos de comunicação social, «não está fora de causa o recurso à própria greve».

Despedimento contraproducente

A Comissão de Trabalhadores enviou já à Secretaria de Estado do Emprego a

contestação do despedimento colectivo, na qual afirma que a entidade patronal não apresenta razões, «designadamente de ordem económica, financeira ou técnica», que fundamentem uma real necessidade de liquidar os referidos 85 postos de trabalho.

Além disso, a CT acusa os responsáveis da Jayme da Costa de não respeitarem os critérios legais para a preferência na manutenção do emprego e defende que «a viabilização da empresa é necessária e não passa pela inevitabilidade de um despedimento» que seria «até negativo e contraproducente»; só em indemnizações a empresa teria que dispendir mais de 80 mil contos.

A Comissão de Trabalhadores denuncia «uma gestão irresponsável, de há uns anos a esta parte», que tem levado à acumulação de dívidas aos trabalhadores, à banca, aos fornecedores e à segurança social e que culminou recentemente com a venda da secção da Campanhã a pretexto da necessidade de viabilizar economicamente a empresa.

Por outro lado, esta tentativa de despedimento colectivo — lembram as organizações representativas dos trabalhadores da Jayme da Costa — «põe gravosamente em causa o direito ao trabalho e a subsistência dos 85 trabalhadores e suas famílias».

A empresa Jayme da Costa, encerrada até ao fim do mês para férias, ocupa 274 trabalhadores e tem instalações fabris no Porto e em Gaia. Tem como principal cliente a Electricidade de Portugal EP (EDP), para quem produz aparelhagem eléctrica necessária, entre outras utilizações, à electrificação de zonas rurais.

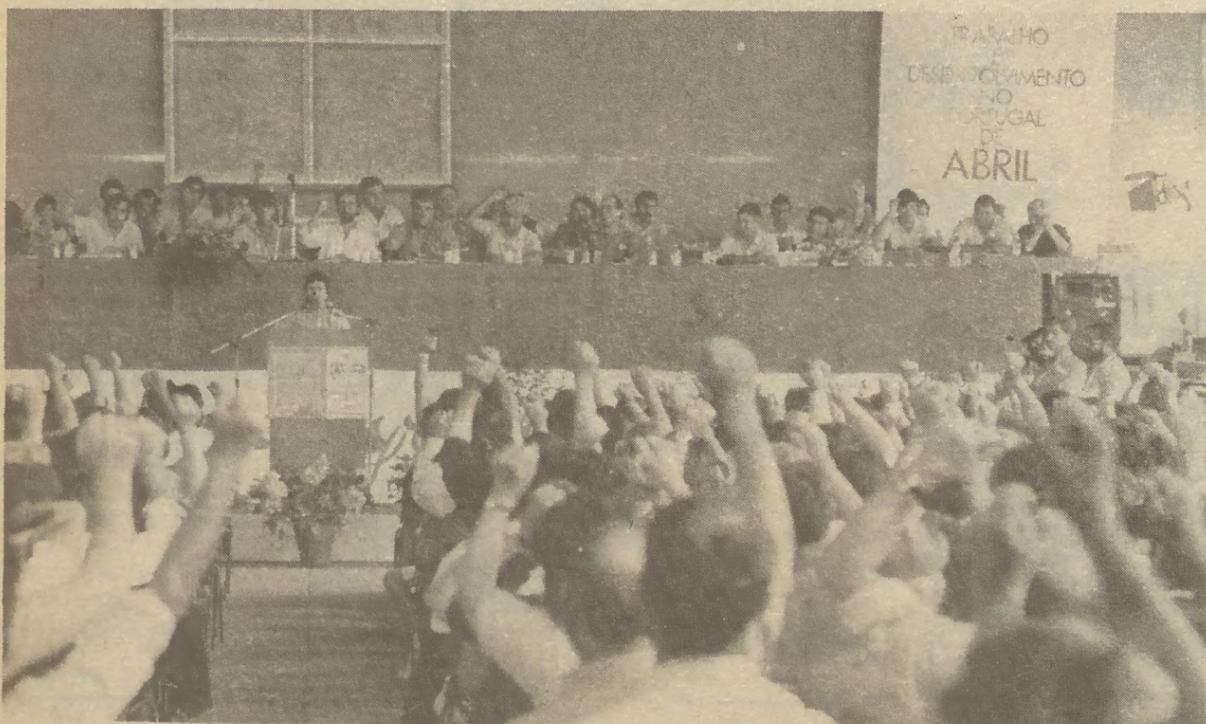


Rodney Arismendi

edições *Avante!*

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA

Terra



Reforma Agrária prepara 11.ª conferência

Na sequência de uma recente reunião preparatória da sua Comissão Organizadora está marcada para os dias 10 e 11 de Outubro, em Évora, a realização da 11.ª Conferência da Reforma Agrária, este ano a decorrer sob o lema «Portugal Precisa da Reforma Agrária».

Os trabalhos deste importante acontecimento anual — sem dúvida o mais sério e completo debate sobre a problemática agrícola no sul do País — decorrerão como é habitual nos pavilhões do Rossio de S. Brás e contarão

com a presença de 1700 delegados e de várias centenas de convidados.

Os objectivos da Conferência estão entretanto já definidos tendo em conta a nova situação política decorrente das eleições de 19 de Julho último e o previsível agravamento da política de destruição da Reforma Agrária, tendo começado também o trabalho preparatório, designadamente a realização de debates e plenários e de um inquérito rigoroso a cada UCP/Cooperativa.

Com este amplo debate

público em curso sobre a importância da Reforma Agrária para o futuro da agricultura e do País, os promotores da 11.ª Conferência pretendem chamar a atenção da opinião pública nacional para a importância da Reforma Agrária no futuro da agricultura e do País e simultaneamente ampliar a mobilização dos trabalhadores, do movimento cooperativo e sindical, das forças, partidos e democratas portugueses com vista ao alargamento da luta e solidariedade para com esta magnífica transformação demo-

crática que alterou por completo a vida nos campos do Alentejo e Ribatejo.

Da comissão organizadora fazem parte os Secretariados e Uniões das UCP's/Cooperativas Agrícolas dos Distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal; os Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura dos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Lisboa, Santarém e Setúbal; a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura do Sul e a CRARA (Associação de Apoio à Reforma Agrária).

Luta de agricultores de Arazede reabre feira de gado

Na sequência de uma reunião com representantes da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, as Uniões e Ligas dos Agricultores do Baixo Mondego da zona de Arazede obtiveram daquelas entidades o compromisso de abertura da feira de gado no próximo mês de Setembro.

A informação chegou-nos

à redacção através de um comunicado do MARN-Beiras no qual se afirma que no decorrer da reunião foi reconhecida pelas autoridades presentes a inexistência de focos de doença contagiosa no gado bovino da região.

Inicialmente renitente, o representante da Câmara Municipal acabou por se comprometer perante os 25 agricultores presentes na

reunião a efectuar no recinto da feira todos os requisitos e obras necessárias.

No decorrer do encontro os agricultores tiveram ainda ensejo de manifestar a sua discordância quanto à necessidade de guias de trânsito para o gado — documentação que em sua opinião apenas tem beneficiado os grandes intermediários —, defendendo que o Boletim de sanidade animal é mais que sufi-

ciente para a transacção do gado.

As diligências agora efectuadas constituíram mais uma vitória dos agricultores e das suas organizações, confirmando simultaneamente, como afirma o MARN, que «com a sua união em torno das suas organizações os agricultores vêem os seus justos anseios serem solucionados».

Nacional



Évora prepara intercâmbio cultural

Decorre de 19 a 27 de Setembro próximo na cidade de Évora, por iniciativa da sua Câmara Municipal, uma iniciativa cultural a que os organizadores denominaram «Évora, os Povos e as Artes».

O principal objectivo desta realização, de acordo com uma nota chegada à nossa redacção, é o de promover o «encontro e intercâmbio cultural com outras cidades cujos centros históricos foram igual-

mente classificados pela UNESCO como Património Mundial».

História, Cultura, Arte, Recuperação de Património e entendimento entre os povos, constituirão assim as «principais coordenadas» do encontro que durante aquela semana irá decorrer em Évora, uma jornada aguardada com grande interesse e expectativa cujos pormenores divulgaremos em próximas edições.

PCP

De amanhã até domingo

«Festa de Todos» em Palmela

Tem início já amanhã, prolongando-se até domingo, a «Festa de Todos», uma iniciativa da organização local do Partido no Bairro Alentejano, concelho de Palmela.

Elaborado com vista a tentar satisfazer um amplo naípe de gostos e interesses, do programa da festa destacamos as noites de 28 e 29, noites preenchidas com a participação dos «Galáxia 2000» naquilo a que os promotores da realização chamam «discoteca móvel».

Do programa constam ainda no dia 29, a partir das 16 horas, um encontro de coros alentejanos, prevendo-se para dia 30, às 13 horas, um almoço convívio, a que se seguirá pelas 16 horas um outro encontro, desta vez de ranchos folclóricos.

Para as 17.30 horas de domingo está marcado um comício no qual serão oradores Álvaro Amaro, membro da JCP e deputado à Assembleia da República e Carlos Ramildes, membro da Comissão Política do Comité Central.



Convívio em Setúbal

No próximo dia 30 de Agosto, que é sábado, a Comissão Concelhia de Setúbal organiza um convívio no campo. Sendo no campo, não deixa de ser na cidade, pois se vai realizar no bairro de S. Gabriel, ali mesmo ao passar a linha do comboio. O almoço tem bacalhau ou frango, à escolha. E vai haver petiscos à tarde. As inscrições são no Centro de Trabalho de Setúbal.

Camaradas Falecidos

José Serrinha

Com 20 anos, faleceu no passado dia 17 o camarada José Custódio Romão Serrinha. Vítima de afogamento, o militante comunista fazia parte do colectivo da organização de freguesia de Palmela e era um activista das Comissões unitárias de juventude de Palmela.

O seu funeral realizou-se no dia 19 e foi sepultado no cemitério novo de Setúbal.

Mário Canotilho

Militante do PCP há muitos anos, faleceu na madrugada da passada segunda-feira, na sequência de duas operações cirúrgicas realizadas num hospital em Coimbra, o camarada Mário Nascimento Canotilho. Prestigioso advogado, natural e residente em Pinhel, Mário Canotilho completaria 67 anos no próximo dia 7 de Setembro. Com uma vida inteira dedicada à luta pela democracia, o militante comunista participou activamente em todas as acções da Oposição

Democrática, tendo sido preso pela Pide e integrado o chamado «processo dos 108». Era actualmente membro da Comissão Distrital da Guarda do PCP.

Mário Canotilho integrou desde o 25 de Abril, em todas as eleições, as listas de candidatos do Partido para a Assembleia da República, encabeçando nas últimas a lista da CDU pelo círculo eleitoral da Guarda.

A Câmara Municipal de Pinhel, sua terra natal e onde exerceu as funções de vereador, num gesto simultaneamente de respeito e homenagem, suspendeu as festas comemorativas do centenário da sua elevação a cidade, actualmente a decorrer, e mandou colocar as bandeiras dos edifícios concelhios a meia haste.

Aos familiares e amigos dos camaradas desaparecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta as mais sentidas condolências.

Internacional

Investigação soviética ao serviço da vida

A União Soviética tem registado nos últimos tempos importantes sucessos em diversos campos da medicina, tanto no que se refere a tratamento de órgãos humanos como no domínio da investigação.

O tratamento da miopia galopante, a conservação do sangue e a sintetização em laboratório de um composto orgânico para o tratamento de várias doenças são alguns dos exemplos recentes das novas vias da medicina em prol da saúde e da vida.

Para quem sofre de miopia as notícias não podiam ser melhores: segundo os oftalmologistas soviéticos, no tratamento da miopia galopante a intervenção cirúrgica pode a partir de agora ser substituída por uma simples injeção. No essencial, trata-se da inoculação, no globo ocular, de um polímero, cuja função é a de reforçar a esclerótica enfraquecida, liquidando a causa da doença.

Mais de 850 pacientes foram já submetidos àquele tratamento no Instituto de Doenças dos Olhos «Guelmgoltz», de Moscovo, tendo o método manifestado a sua eficácia em 85 por cento dos casos; nos restantes, o tratamento pode ser repetido.

Para o professor Eduard Avetissov, vice-director do referido Instituto, este é o «método do futuro» no tratamento da miopia sem intervenção cirúrgica, um objectivo de há muito perseguido pelos médicos.

Segundo afirmou o professor Avetissov em declarações à «Tass», foram os polímeros que permitiram a sua concretização, cujo princípio é o mesmo da operação: colocar uma espécie de remendo na superfície gasta da esclerótica. Só que no caso da intervenção cirúrgica esse remendo é natural, constituído por um tecido doado, enquanto que no caso da injeção é artificial: injecta-se, com uma seringa, uma solução líquida que ferve em forma de espuma e se solidifica rapidamente, ao mesmo tempo que se deposita sobre a superfície posterior do olho, adquirindo a sua forma.

O processo leva cerca de três minutos e pode ser feito sem internamento hospitalar. Não menos interessante é o facto de, segundo o professor Avetissov, as pesquisas efectuadas terem mostrado que, com o tempo, os capilares e células aumentam dentro da estrutura da película e começam a multiplicar-se activamente, de modo a que a carga artificial vai, pouco a pouco, sendo substituída por tecido natural.

Revolucionário é também o novo método de conservação do sangue durante um longo período de tempo sem recurso a conservantes. No Instituto de biofísica da filial siberiana da Academia das Ciências da URSS foi descoberto que, sob uma certa combinação de

temperatura e pressão atmosférica, as células do sangue entram em anabiose, podendo permanecer vivas durante muito tempo.

Quanto menor é a temperatura, menor é a velocidade das reacções químicas que causam a destruição das células; à temperatura de cerca de zero graus centígrados estas reacções são ainda insuficientemente lentas, mas uma redução maior da temperatura pode danificar as células. Nestas circunstâncias, era corrente introduzir conservantes no sangue.

Como fazem notar os cientistas, tal acréscimo de substâncias químicas é, em princípio, indesejável, razão por que decidiram encetar as experiências para conseguir evitá-las. Elevando a pressão a 40-50 atmosferas, a temperatura do sangue pode ser reduzida a cinco graus centígrados negativos, mantendo-se a integridade do sangue, dado que a água e o próprio plasma se mantêm líquidos.

Uma vez expirado o prazo de conservação do sangue, o precioso líquido foi primeiro aquecido até à temperatura ambiente e depois reduzida a pressão até à atmosférica. A



posto ao serviço do homem e não contra ele, cientistas soviéticos descobriram recentemente uma nova técnica para sintetização em laboratório do «interferon», medicamento actualizado para o combate a diversas doenças.

O «interferon» é um composto orgânico instável que surge no organismo dos animais e do homem somente no momento da doença, motivo porque até agora era muito difícil conservá-lo fora do organismo.

Sempre existiu o perigo de, ao obter este composto em laboratório, introduzir juntamente com ele o vírus que foi responsável pelo seu aparecimento no organismo. Há alguns anos, os cientistas do Instituto de Química Biorgânica e Academia de Ciências da URSS, dirigido por Iuri Ovtchinnikov, procuraram sintetizar o «interferon» a partir de elementos orgânicos naturais, operando a nível molecular.

As investigações tiveram êxito, dispondo agora os cientistas de dois tipos desse composto: o «interferon» leucocitário e o imunológico. Um deles é mais eficaz no combate às doenças infecciosas e o outro é destinado ao tratamento de uma série de tumores.

A divulgação do medicamento, recentemente apre-



seguir foi testado o valor das células do sangue: nas novas condições, os eritrócitos e leucócitos conservavam integralmente as suas propriedades.

Não poucas vezes as notícias sobre as potencialidades da engenharia genética têm provocado as maiores apreensões ao cidadão comum. A provar que esse domínio, como todos os outros da investigação científica, pode ser

sentado sob a forma de comprimidos, pomadas e ampolas numa das últimas sessões do Presidium da Academia de Ciências da URSS, depende agora da indústria farmacêutica. De registar que na União Soviética foram já sintetizados, através dos métodos de engenharia genética, vários compostos orgânicos, nomeadamente a insulina e a hormona do crescimento.



A investigação científica ao serviço da saúde e da vida tem alcançado importantes sucessos na União Soviética

A ciência ao serviço da guerra

Não é sem razão que a investigação científica é por vezes encarada pela opinião pública com desconfiança e apreensão: as guerras química e bacteriológica são uma realidade do nosso mundo, a provar que nos laboratórios se fabrica também a morte silenciosa. Do «agente laranja» da guerra do Vietname (para não ir mais longe) à hipótese provável da origem laboratorial do vírus da SIDA, a história do imperialismo — em particular norte-americano — está repleta de casos de utilização indevida da ciência neste domínio.

A lista poderá agora ser uma vez mais aumentada se se confirmar a convicção do professor Iliá Bogomolov de que a pneumonia atípica que entre 1981 e 1983 grassou em Espanha, afectando 25 mil pessoas, matando 650 e tornando inválidas muitas outras, teria sido fruto de um vírus ou outro microorganismo. Recordar-se que o caso ficou tristemente famoso como o escândalo do óleo de colza adulterado.

De acordo com aquele cientista, virólogo do Instituto de Investigações Científicas Médicas de Moscovo, especialista em doenças atípicas, nem o consumo de óleo de colza adulterado, nem o consumo de produtos tratados com pesticidas — as duas causas aventadas para a epidemia — podiam ter provocado os efeitos devastadores registados no país vizinho.

Em seu entender, a amplitude da doença, a velocidade de propagação e os sintomas são provas objectivas da natureza viral da epidemia, cujo aparecimento situa em 1979, com a morte de três militares americanos na base aérea de Torrejon de Ardos.

Inicialmente, refere aquele cientista, a doença foi considerada infecciosa, provocada por um agente semelhante ao res-

De facto as investigações experimentais, em particular as realizadas por dois toxicólogos ingleses, efectuadas em cobaias que consumiram óleo de colza adulterado, não conseguiram levar à reprodução do quadro de «síndrome tóxica».

Parece igualmente não haver dúvidas de que, como mostraram dois médicos espanhóis, apenas um por cento dos consumidores de óleo de colza adoeceu com pneumonia atípica, ao passo que existiram doentes que o não consumiram.

Segundo Bogomolov, também a versão que atribui a origem da doença aos pesticidas que teriam sido empregues em plantações de tomate na região de Almeria não resiste à crítica.

Para que houvesse efeitos letais, sublinha o cientista, teria sido necessário uma concentração de 700 gramas por quilo de tomate, o que é praticamente impossível de obter, mesmo que cada pessoa tivesse comido três quilos do produto.

A epidemia, faz notar o cientista soviético, começou a propagar-se na região de Torrejon de Ardos, em cuja base militar morreram, em 1979, os três soldados americanos já referidos. Outra epidemia da doença atípica dos pulmões surgiu no Verão de 1983, no polígono militar de San Gregório, perto de Saragoça, onde existe também uma base militar americana, tendo levado à morte de pelo menos dois oficiais superiores espanhóis e à hospitalização de um número indeterminado de militares.

Tanto a epidemia que atingiu a população civil como a que afectou os militares espanhóis era idêntica e o professor Bogomolov crê que a mesma forma da doença foi observada nos militares norte-americanos falecidos em 1979 na base de Torrejon de Ardos, onde curiosamente se deslocaram na ocasião especialistas do laboratório de Fort Detrick (Maryland), o principal centro produtor de armas bacteriológicas dos EUA.

«Coincidências» muito pouco conviccentes de que o são. Sobretudo tendo presente que, ao contrário da URSS que unilateralmente se dispôs a destruir todas as suas armas deste tipo, os Estados Unidos prosseguem a produção e armazenamento de armas químicas e bacteriológicas.

ponsável pela doença dos legionários, mas mais tarde as investigações orientaram-se no sentido de ligar a epidemia ao consumo de óleo de colza adulterado com anilinas e anilídeos e descrita como «síndrome tóxica».

De salientar que a adulteração do óleo de colza, que levou este ano à condenação dos seus responsáveis, está perfeitamente estabelecida; o que não significa, como afirma Bogomolov, é que a origem da epidemia esteja aí.

Internacional

Morreu Rudolf Hess mas a luta anti-nazi ainda não terminou

A morte do criminoso nazi Rudolf Hess foi aproveitada para manifestações de grupos neo-nazis de vários países, numa demonstração de que a ideologia fascista continua viva e a representar um perigo para a humanidade, graças à complacência com que são toleradas tais organizações em diversos países do ocidente.

A morte de Hess aos 92 anos de idade, após mais de 40 anos de prisão, se simbolicamente representa o fim de uma época tenebrosa, não deve no entanto permitir que caia no esquecimento a monstruosidade dos crimes cometidos pelo nazismo contra a humanidade, como alguns parecem pretender.

Condenado em 1946 pelo Tribunal Internacional de Nuremberga à pena de prisão perpétua, numa sentença que foi um acto jurídico colectivo das quatro potências que assumiram a missão de exprimir a vontade de todos os países e povos afectados pelo nazismo, a situação de Hess transformou-se num tema de polémica internacional durante os seus últimos anos de vida.

A campanha para a libertação do criminoso, a que apenas a União Soviética sempre se opôs, não tinha na opinião da historiadora Liudmila Pchornaia qualquer suporte válido.

«O que levou os seus advogados a pedir o indulto?» — interroga a historiadora. «Será que nas quatro décadas passadas desde o processo surgiram novos elementos do caso do nazismo em geral e no de Hess em particular? Ou ter-se-ão revelado inconsistentes algumas acusações que lhe eram imputadas?»

O argumento de que Hess era velho em nada alterava a realidade, pois como faz notar a historiadora «os 50 milhões de vítimas oficiais do nazismo, caídas no campo de batalha, prisões, campos de concentração, de trabalho e de prisioneiros de guerra e nos bombardeamentos, eram mais novas.

Na sua maioria eram até jovens. E quantas crianças não morreram?»

Um nazi convicto

A responsabilidade de Rudolf Hess nos crimes cometidos pela Alemanha hitleriana não pode ser subestimada. Membro do Partido Nacional Socialista (nazi) desde 1920, tinha então 26 anos, escreveu com Hitler o tristemente célebre «Mein Kampf» — manual ideológico do partido — de que é considerado o principal inspirador.

nome sobre todas as questões da direcção partidária».

Em 27 de Abril de 1941, confirmando o papel preponderante de Hess na Alemanha nazi, o jornal «Nazional Zeitung» comentava: «Não há um único fenómeno na nossa vida social que não interesse ao "fuehrer" adjunto. O seu trabalho e obrigações são tão variados e universais que é impossível defini-los em poucas palavras (...) Poucos sabem quantas deci-



Como refere ainda no seu depoimento, tão pouco colheu o argumento da grande despesa a que obrigava a alimentação, tratamento e vigilância de Hess na prisão de Spandau: «os custos eram repartidos pelas quatro potências e, em matéria de poupança, se é disso que se trata, reduza-se então o fabrico de armas e não se desculpe um criminoso.»

Hess tinha 52 anos quando foi condenado. Há muito que atingira a maioridade e era plenamente responsável pelos seus actos de que, segundo as suas próprias palavras, nunca se arrependeu.

Em 21 de Abril de 1933, Hess foi nomeado «vice-fuehrer» para o partido. Era deputado ao «Reichstag» (Parlamento), membro do conselho secreto, ministro sem pasta, fazia parte do conselho de ministros para a organização da guerra, era responsável dos serviços secretos do Estado nazi-fascista e das tenebrosas «SS» e «SA».

Ao designá-lo seu adjunto e sucessor, Hitler escreveu: «Venho por este meio designar Hess meu adjunto e conceder-lhe o pleno poder de tomar decisões em meu

sões do governo, sobretudo no âmbito da economia militar e do partido, partiram directamente do fuehrer adjunto.»

Não restam dúvidas da responsabilidade de Hess na aplicação das «leis raciais», que levaram à morte dezenas de milhares de alemães e centenas de milhares de pessoas das então consideradas «raças inferiores», em particular judeus. Como não há dúvidas quanto ao papel preponderante que desempenhou na preparação da invasão da Áustria, Checoslováquia, Noruega, Bélgica, Dinamarca, Jugoslávia e Grécia.

Quando em Junho de 1941, de forma recambolosa e com objectivos ainda hoje pouco claros, Hess voou sozinho para a Grã-Bretanha alegadamente para negociar um acordo antes da invasão da União Soviética, sobejavam as razões para o condenar.

As razões não se alteraram desde então. Preso e posteriormente condenado a prisão perpétua, Hess sempre se afirmou «orgulhoso» de ter cumprido o que considerava ser o seu «dever de alemão, dever de nacional-socialista, dever de fiel adjunto do fuehrer». Não lamenta nada — declarou durante o julgamento de Nuremberga.

Mais de quarenta anos depois a comunidade internacional não pode nem deve limitar-se a lamentar que o espectro do nazismo não tenha sido ainda totalmente erradicado das sociedades em que vivemos.

Dólares para desertores

A revista norte-americana ultra-reaccionária «Soldados da Fortuna» difundiu anúncios em Indianápolis prometendo um prémio de 23 mil dólares a cada atleta cubano ou nicaraguense que peça asilo político nos EUA, na condição dos eventuais desertores pertencerem aos serviços de informação dos respectivos países.

A provocação ocorreu durante os jogos panamericanos em curso nos Estados Unidos e motivou um enérgico protesto por parte da delegação cubana junto do comité organizador. Mark Miles, presidente da organização dos jogos, afirmou a propósito que os apelos à deserção constituem uma «atitude imprópria», embora procurasse desculpar a famigerada revista dizendo que qualquer associação tem o direito legal de distribuir material impresso.

Manifestações em Repúblicas soviéticas

Segundo a agência «Novosti», realizaram-se no domingo, em simultâneo, três manifestações que reuniram algumas centenas de pessoas nas capitais das Repúblicas Bálticas Soviéticas, Lituânia, Letónia e Estónia.

As iniciativas, realizadas por inspiração das rádio-emissoras «Voz da América», «Europa Livre» e «Liberdade» destinavam-se a protestar contra a decisão dos governos daquelas três Repúblicas de aderir, em 1940, à URSS.

Segundo a «Novosti», as manifestações de Vilnius, Riga e Tallin, que definiu como de «provocação anti-soviética», não tiveram o apoio da população, que reagiu com «extrema indiferença» às intervenções dos oradores.

Dívida Externa da América Latina

O presidente da Costa Rica, Oscar Arias, propôs o seu país para anfitrião duma conferência dos presidentes da América Latina, no próximo mês de Novembro, com o objectivo de debater os problemas da dívida externa do continente.

Oscar Arias salientou a necessidade urgente de resolver o problema da dívida cujo pagamento, disse, é incompatível com a melhoria do bem-estar dos povos da região. Não se pode falar em incremento económico ou ressurgimento da América Latina — declarou — se formos obrigados a pagar as dívidas com base nas actuais condições.

Conferência dos círculos sociais dos EUA e da URSS

Iniciou-se no domingo, na estação balnear americana de Chautauauqua, a terceira conferência dos círculos sociais e de representantes da opinião pública dos EUA e da URSS. A iniciativa, que data de 1985, efectua-se alternadamente num e noutro país.

Ao saudar os conferencistas, Mário Cuomo, governador do Estado de Nova Iorque, afirmou que os EUA e a URSS se encontram actualmente numa encruzilhada, tendo de decidir qual o caminho a seguir. «Dentre os vários temas, disse, só um é aceitável: aquele que se traduz na procura de soluções pacíficas e mutuamente aceitáveis de todas as nossas divergências e contradições».

Não-Alinhados apoiam Contadora

O Movimento dos Não-Alinhados apoia os esforços de paz na América Central realizados pelos grupos de Contadora e de apoio, declarou o ministro dos Negócios Estrangeiros do Zimbabwé, Witnes Mangwende, que presidiu à delegação daquela organização que assistiu como observadora à reunião dos 13 ministros dos Negócios Estrangeiros da América Central, Contadora e respectivo grupo de apoio.

Segundo salientou o ministro do Zimbabwé, o apoio do Movimento representa o apoio de dois terços da humanidade para os esforços a desenvolver pela paz e estabilidade na América Central. Elogiando os grupos de Contadora e de apoio «que ganharam o respeito da maioria das organizações internacionais», Mangwende expressou a opinião de que «a decisão de instalar a comissão de verificação e o seguimento para a paz fortalecerá ainda mais a posição internacional» daqueles grupos.

Acordos sobre mísseis

Martin Bangemann, presidente do Partido Democrata Livre Alemão, integrado na coligação governamental da RFA, afirmou no domingo que o seu país «não deve tornar-se num obstáculo à conclusão do acordo soviético-norte-americano sobre mísseis de médio alcance e tático-operacionais». De momento, o problema para tal entendimento passa pela eliminação dos 72 mísseis «Pershing-1A» alemães com ogivas nucleares americanas.

«Verdes» em Congresso



Maria Santos participa em Estocolmo no 3.º Congresso Internacional dos «Verdes»

No limiar deste Agosto, Estocolmo vai receber as representações «Verdes» que de todo o mundo aí se encontrarão no seu 3.º Congresso Internacional.

Portugal estará representado pela deputada Maria Santos, da Comissão Executiva do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Os congressistas debruçar-se-ão sobre temas como: «A Ideologia Verde», «A Economia Verde», «A Estratégia Verde», «O Mundo após a Radiação e a Acidificação», e certamente sobre questões de reforço internacional na luta pela Paz e pelo Desarmamento.

Será debatido, certamente, o relacionamento internacional dos Partidos Verdes de todo o mundo. Porém, o Partido Ecologista «Os Verdes» nega a notícia divulgada pela «Lusa» segundo a qual estaria de acordo com a criação de um grande partido Verde integrado no espírito europeu. A notícia não tem qualquer fundamento, não só porque «Os Verdes» nunca foram contactados ou lhes expressaram em algum momento esta opinião, como este ideal «europelzante» é exactamente contrário aos princípios ecologistas de descentralização do Poder e da sua preferência pelos organismos de decisão o mais próximo possível dos visados pelas suas decisões.

Internacional

África do Sul

Greve dos mineiros desafia o regime

A greve dos mineiros sul-africanos, que dura há três semanas consecutivas, continua a ser barbaramente reprimida pelas forças de segurança e entidade patronal. Desde o início da luta foram mortos cinco trabalhadores, feridos pelo menos 350, presos mais de 250 e despedidos 18 000 grevistas.

Na passada segunda-feira, porta-vozes da mina «Anglo American Corporation of South Africa» anunciaram a disposição de despedir 19 000 trabalhadores caso se recusem a regressar ao trabalho, enquanto a empresa «Gencor» ameaçava despedir mais 6000. Apesar de todas estas pressões os mineiros sul-africanos e o respectivo sindicato continuam a afirmar a sua disposição de não abdicar da sua principal reivindicação, um aumento salarial de 30 por cento.

Segundo declarações da poderosa União Nacional dos Mineiros (NUM), «o patronato declarou guerra» aos grevistas, recorrendo a toda a espécie de expedientes para tentar denegrir e deturpar o carácter reivindicativo da luta em curso. A Anglo-American, por exemplo, invocou como pretexto da brutal intervenção das suas forças de segurança a pretensa descoberta de explosivos nos dormitórios dos mineiros, pretendendo desta forma inverter a situação, como se nas minas sul-africanas não fossem os operários a sofrer condições de trabalho que anualmente provocam a morte, em média, de seiscentos homens, mas sim a entidade patronal a correr graves ris-

cos pelos fabulosos lucros da exploração da vida e do ouro que alimentam o «apartheid».

Este verdadeiro «braço de ferro» que se trava entre os mineiros e os proprietários das minas, a maior luta da história daquela indústria, agravou ainda mais a tensão que se vive no país. Nos últimos tempos, o regime de «apartheid» viu subir de tom as lutas sociais, com a greve dos trabalhadores dos correios a mobilizar dez mil empregados na cidade do Cabo e as múltiplas manifestações de solidariedade nos mais diversos sectores.

Significativa é também a recente demissão do único ministro sul-africano mestiço,



A Anglo-American aceitou reatar as conversações com a NUM sem condições prévias, cedendo à força dos grevistas

Allan Hendrickse, que abertamente se manifestou contra as leis do «apartheid». A pretensa abertura de Botha fica uma vez mais desmascarada, pois como afirma o ministro demissionário na carta enviada a Botha é óbvio que ele «não está preparado ou não quer compreender as percepções e o sentir dos outros, se essas percepções não estiverem na sua própria linha».

Da maior importância se reveste igualmente o desafio aberto ao regime consubstanciado na conferência conjunta realizada em meados deste mês em Harare por Alex Boraine, um dos organizadores do encontro de Dakar de 9 de Julho entre africanos e o Congresso Nacional Africano, e representantes do ANC, onde uma vez mais reafirmou que «só negociações entre o governo de Botha e o ANC poderão pôr cobro à escalada de violência no país».

A tomada de posição de Alex Boraine é tanto mais importante quanto o governo

racista ameaçou com sanções os brancos que cooperem com o ANC.

Incapaz de controlar os acontecimentos, os racistas de Pretória não conhecem outro recurso que a repressão, vendo inimigos em todo o lado. Exemplo claro disso é o novo decreto que regula a actividade dos órgãos de informação na África do Sul. O documento prevê que o ministro do Interior tenha plenos poderes para encerrar qualquer jornal ou revista pelo período de um ano! Refira-se como curiosidade que o presidente Pieter Botha acusou a semana passada os jornais «Weekly Mail» e «New Nation» de «propagação de ideias revolucionárias», ameaçando tomar «medidas rigorosas» contra eles. Por este andar, não tardará muito que os ra-

cistas comecem a temer a sua própria sombra.

A firme determinação de luta dos mineiros, que ganham em média cinco vezes menos do que os trabalhadores brancos, por um trabalho incomparavelmente mais duro e perigoso, reveste-se de uma importância fundamental na luta geral contra o «apartheid». Só a Anglo-American assegura por si cerca de 40 por cento da produção total de ouro da África do Sul. Nesta luta reivindicativa, como em todas que se travam na África do Sul, é o regime que se combate. O apoio que os grevistas têm recebido dos operários de todo o mundo — a CGTP-IN por diversas vezes expressou já a solidariedade portuguesa — constitui também uma condenação internacional do odioso regime.

Ataque do Chade à Líbia

O território Sul da Líbia foi recentemente alvo de um ataque por parte das tropas chadianas de Hissene Habré, numa manobra agressiva que voltou a fazer subir a tensão existente entre os dois países.

A agressão e invasão do território líbio, registada pouco depois da visita de Habré aos Estados Unidos, onde se encontrou com Reagan, e a França, onde manteve conversações com François Mitterrand, dificilmente poderá ser desligada da política seguida pelos dois países na região, onde os problemas internos do Chade têm sido explorados e exacerbados em proveito dos interesses estratégicos imperialistas.

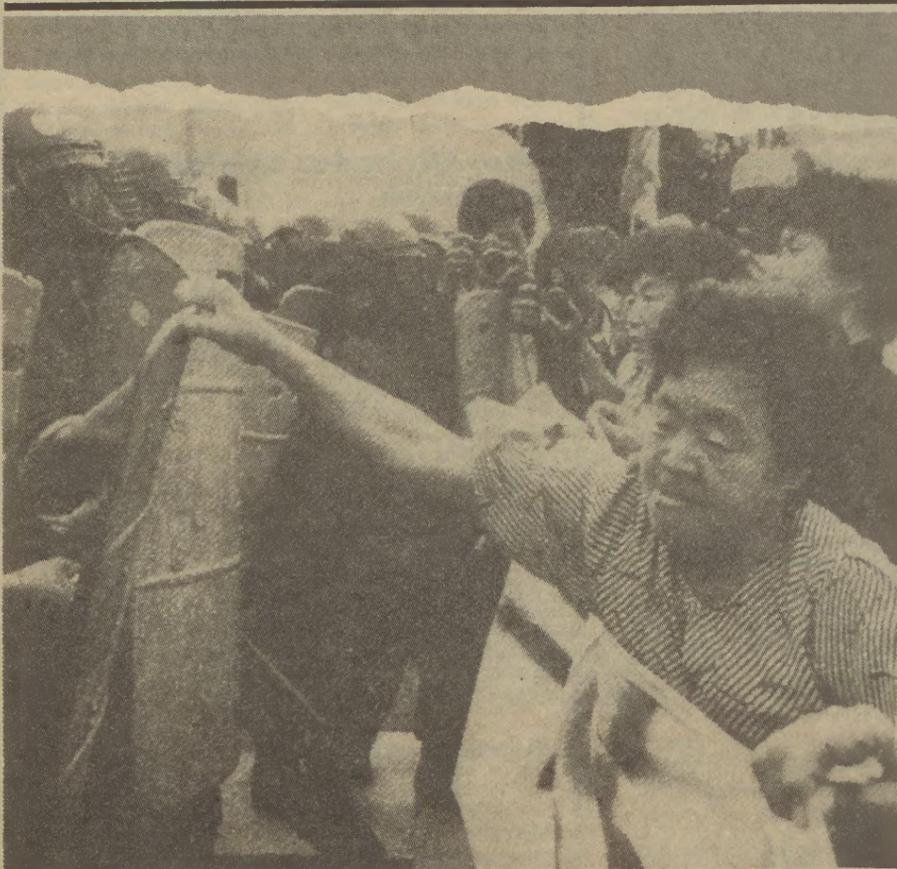
Conhecidas como são as fortes pressões exercidas pelos EUA contra a Líbia, a vasta campanha de desinformação movida contra o país e mesmo os ataques directos que já sofreu a mando de Reagan, não é de excluir que a agressão agora desencadeada a coberto do Chade seja mais uma manobra provocatória tendente a desencadear um conflito aberto entre os dois países que fornecesse o pretexto para uma eventual intervenção.

É do domínio público que as forças de Habré recebem apoio militar quer da França quer dos EUA; tropas france-

sas estão estacionadas no Chade e ainda recentemente o presidente Mitterrand passou revista às tropas que participam no conflito chadiano, num gesto que não pode ser considerado gratuito. Conjugando todos estes factores, importa alertar a opinião pública para os perigos da internacionalização de um problema que, sendo africano, deverá ser resolvido pelos principais interessados e nos seus próprios foruns.

Essa é de resto a posição da Líbia, que por variadas vezes afirmou publicamente que o conflito do Chade é africano e deve ser resolvido no âmbito das estruturas políticas africanas, designadamente a Organização de Unidade Africana (OUA).

O condenável ataque à Líbia apenas poderá agravar a situação no Chade, há anos dilacerado por graves problemas internos cuja agudização apenas servirá para martirizar ainda mais o seu povo, e da própria região, cuja paz e estabilidade exige soluções políticas e não militares.



A morte de mais um trabalhador na Coreia do Sul, provocada pela repressão policial, volta a fazer subir a tensão no país

«Perto de Grândola, na Herdade do Corte Real, director do Banco Nacional Ultramarino, trabalha um rancho de jovens de 10 a 15 anos. Contratados por 6 meses, vieram de Sta. Comba Dão e ganham 4 e 5\$00 diários com comida, mas só recebem o dinheiro no fim do contrato.

A alimentação destes jovens consta de: pão com azeitonas à 1.ª refeição, papas de farinha de milho com couves à 2.ª refeição e feijão com bichos, cozido com ervas do campo, à 3.ª. Tudo isto temperado com azeite do bagaço com 30º de acidez!

Indignados os jovens quiseram fazer contas e voltar à terra, o que lhes foi recusado.

Será que a exploração destes jovens é necessária para engordar ainda mais os proventos do banqueiro Corte Real? Ou será que ele julga que o Alentejo também é África?»

(«Infame exploração de menores» — «Avante!», VI série n.º 345, Agosto de 1964)

AVANTE! PLEBETANOS DE TODOS OS MUNDOS UNAMOS

«Cansados de reclamar em vão a melhoria dos seus salários e condições humanas para a sua dura faina e ao mesmo tempo indignados com as sujas traficâncias de alguns grandes industriais do sal e de dirigentes sem escrúpulos da Casa do Povo, os valentes salineiros de Alcochete, em número superior a 700, resolveram recorrer à greve e abandonar o trabalho no passado dia 29 de Julho.

As condições de trabalho e de remuneração impostas a estes trabalhadores são das mais duras e desumanas. Durante os 3 meses que dura a safra do sal os salineiros são obrigados a carregar com canastras com um peso superior a 60 quilo com os pés metidos em água salgada e lodosa que lhes abre chagas difíceis de sarar. E é por este duro trabalho que lhes é pago um salário de 30\$00, estabelecido há 6 anos num contrato colectivo de trabalho em que nem sequer foram ouvidos.»

(«Os salineiros de Alcochete estão há um mês em greve» — «Avante!», VI série, n.º 241, segunda quinzena de Agosto de 1957)

AVANTE! PLEBETANOS DE TODOS OS MUNDOS UNAMOS

«O governo anunciou em 11 de Agosto uma enérgica repressão contra os especuladores e açambarcadores, com grandes perseguições, penas de prisão, trabalhos forçados em colónias penais, etc. Tudo isto para proteger os grandes especuladores e açambarcadores — os homens dos Grémios, Juntas e Federações — e para fazer cair o ódio da população sobre os pequenos lavradores e comerciantes que procuram furtar à ganância dos Grémios alguns produtos que estes querem roubar ao consumo público para especular e enviar para Espanha ou para a UNRRA... A coisa é tão clara que os grandes candongueiros dos organismos corporativos são postos à frente das autoridades que têm a missão especial de reprimir o mercado negro.»

(«Mercado negro» — «Avante!», VI série, n.º 92, segunda quinzena de Agosto de 1946)

A credibilidade da demagogia

O SUBSÍDIO DE DESEMPREGO PARA JOVENS

No passado dia 17, segunda-feira, tomava posse no Palácio de Belém o XI Governo Constitucional, o segundo presidido por Cavaco Silva. De imediato, alguns analistas realçaram como grande novidade deste novo executivo a existência de um «Ministério da Juventude», no seu entender afirmação clara de que Cavaco Silva colocará no centro das suas preocupações as questões da juventude.

No dia imediatamente a seguir, os vespertinos noticiavam a publicação em Diário da República de uma lei que institui o subsídio de desemprego para os jovens à procura do primeiro emprego. No passo apressado a caminho do emprego ou, para os que estão de férias, no olhar distraído pelas primeiras páginas dos jornais, os cidadãos eram induzidos a acreditar que o novo Governo tinha já começado a trabalhar, e precisamente em benefício da juventude. Escassas ou nenhuma referências ao facto capital de aquela lei ter sido aprovada pela anterior Assembleia com os votos contra do PSD.

Entretanto, dias antes, Eduardo Prado Coelho, na sua habitual crónica no semanário Expresso, verberava os que da política têm uma concepção pedagógica defendendo que, no contexto da «modernidade», a «acção política visa acima de tudo produzir uma credibilidade (o que é feito através de diversos factores, incluindo os que resultam de uma determinada racionalidade retórica)» (Expresso, 15/8/87). Como se relacionam estes factos, à partida desconexos, é o que se lerá na página que se segue. Onde se fala também de demagogia, de retórica e de racionalidade, mas daquela que toma a liberdade de pensar e o direito de ser devidamente informado como princípio essencial. ■

O subsídio de desemprego para jovens e as manobras do Governo PSD

A questão do subsídio de desemprego para os jovens candidatos ao primeiro emprego tornou-se já há anos uma legítima reivindicação do movimento juvenil, tornada tanto mais premente quanto cada vez mais se agrava o problema do desemprego juvenil.

Atento a esta realidade, o PCP através do seu grupo parlamentar e nomeadamente dos seus deputados jovens, desde 1981 que vem apresentando um projecto de lei sobre essa matéria. A anterior Assembleia da República, finalmente, aprovou com os votos dos partidos democráticos uma lei que atribui o «subsídio social de desemprego a jovens candidatos ao primeiro emprego» que, embora aquém do esperado, vinha entretanto no sentido das exigências juvenis.

Contudo, no passado dia 18 e quando a lei foi publicada em «Diário da República», alguns jornais noticiaram esse facto como se aquele fosse uma medida do Governo empossado no dia anterior pelo Presidente da República. Esta é a ponta a descoberto (e por si só escandalosa) de uma história que mais escândalos esconde.

A primeira força política a levantar a questão da necessidade de instituir uma forma de ajuda aos jovens à procura do primeiro emprego, foi como já se disse o PCP. Logo em 1981 o seu grupo parlamentar avançou com tal proposta e no início da última legislatura, esta foi, mesmo, uma das primeiras iniciativas legislativas. O projecto de lei n.º 3/IV previa a atribuição de um subsídio igual a setenta por cento do salário mínimo nacional para os jovens candidatos ao primeiro emprego e inscritos nos Centros de Emprego há pelo menos três meses. Salvaguardava-se, nessa proposta, a situação dos jovens com pessoas a cargo, prevendo para esses um subsídio no valor de oitenta por cento do salário mínimo nacio-

nal, não se estabelecia limite etário para a atribuição do referido subsídio na intenção de contemplar a situação de milhares de jovens recém-licenciados que não encontram emprego e previa ainda, como condição, que o rendimento *per capita* do agregado familiar do jovem fosse de setenta por cento do salário mínimo nacional.

Sem obliterar a importância de uma verdadeira política de desenvolvimento para o nosso país, única forma de resolver efectivamente o problema do desemprego em geral e do desemprego juvenil em particular, o projecto visava, na sua própria letra, «contribuir para minorar a dramática situação com que tais jovens hoje se debatem».



«Seria condenável contribuir através do pagamento do subsídio de desemprego para que o jovem disponha de fundos para comprar droga ou para que abandone a família» (Cavaco Silva em declarações à RTP a 9/3/87). É assim que o PSD vê a juventude portuguesa

A democracia e a retórica

Todo este embróglio sobre o subsídio para os jovens à procura do primeiro emprego trouxe-nos à memória uma crónica de Eduardo Prado Coelho publicada no Expresso a 15/8/87. Aí, na linha de análise que vem explanando sobre os resultados das eleições do dia 19 de Julho, EPC defendia que, na medida em que uma campanha eleitoral é pensada como «acção pedagógica», a «democracia transforma-se em demagogia», já que dessa forma continua, «exclui rigorosamente a retórica e apela para as paixões». Ao contrário, a acção política deve, antes, ser o efeito de produção de credibilidade, entre outros meios, através daquilo que EPC denomina de «racionalidade retórica».

Fácil é de verificar o vazio desta tese, o logro em que se pretende enredar o leitor. A retórica é, se quisermos, o arranjo formal da demagogia. Longe de dizer a verdade, a retórica é, e Eduardo Prado Coelho sabe-o bem, uma forma de persuasão independente da ideia que se pretende transmitir; nessa medida, precisamente, apela não para a racionalidade mas antes para a «paixão», mais do que a veracidade do discurso, ela preocupa-se com os contornos da imagem.

Desta forma escrever coisas como «racionalidade retórica» constitui um puro disparate, filosófico e histórico mas também e isso é que é condenável, uma tentativa de fazer passar como democrático um comportamento que em nada o é, visto que postula a desinformação e a intenção objectiva de moldar consciências acríticas, como armas aceitáveis no espaço da discussão democrática e da acção política.

Ora, a questão do subsídio de desemprego para os jovens à procura do primeiro emprego, suscitada pela forma como alguma imprensa noticiou a sua publicação em Diário da República, vem mesmo a propósito para concretizar este arrazoado sobre a «produção de credibilidade».

Haverá, por certo muitas ilações e ensinamentos a retirar das eleições do dia 19 de Julho. Fixemos para já, e em conclusão destas linhas apenas uma, em nada desprezível: o papel dos «produtores da credibilidade» de Cavaco Silva e do seu Governo, produtores para todos os públicos e nas mais variadas situações. Por certo nesse particular, Eduardo Prado Coelho muito nos terá para contar ■

A discussão na Assembleia e a manobra do Governo

Aquando da discussão do Orçamento Geral do Estado, os votos dos partidos democráticos impuseram a inscrição de uma verba de 750 mil contos para aquele fim. Em face desta decisão tornava-se necessário aprovar uma lei que definisse as condições de aplicação do subsídio e, nesse quadro, a conferência de presidentes dos grupos parlamentares, com a presença do Governo, decide agendar para dia 12 de Março último a discussão do problema, fixando ao mesmo tempo um prazo para a apresentação de outras iniciativas legislativas.

Foram assim discutidos, além do projecto do PCP, os projectos do Partido Socialista, mais restritivo que o primeiro, e do CDS.

Por seu lado, e desde sempre, o Governo e o PSD manifestaram-se contra esta medida, alegando que o subsídio iria criar condições para o desenvolvimento de uma mentalidade assistencial entre os jovens, desincentivando inclusive a procura de emprego.

Nunca, nem mesmo na própria discussão dos projectos de lei, qualquer representante do PSD ou do Governo, a começar pelo próprio Couto dos Santos, o actual ministro da Juventude e na altura secretário de Estado da Juventude, se levantou para defender a atribuição desse subsídio.

E no entanto, na semana anterior à discussão na Assembleia dos projectos do PCP, do PS e do CDS, o Governo aprova em Conselho de Ministros uma lei que prevê a atribuição de um «subsídio de inserção dos jovens na vida activa», que mais não era que um subsídio

para os jovens à procura do primeiro emprego. Estabelecia essa lei tantas limitações e restrições à atribuição do subsídio que poucos seriam os contemplados com os 7500 escudos que essa lei previa como montante.

Assistiu-se assim ao caricato de os deputados do PSD mais Couto dos Santos criticarem até mais não poderem os projectos de lei dos outros partidos e escamotearem o escândalo que era o seu próprio governo ter aprovado uma medida que, em última análise e pese embora as restrições, ia no mesmíssimo sentido.

O PSD e o Governo esgrimiam assim o pau de dois bicos. Ao mesmo tempo que Cavaco Silva afirmava, em comentário à decisão da AR sobre o subsídio de desemprego, que «seria económica e culturalmente negativo, seria humanamente reprovável e seria socialmente condenável, contribuir, através do pagamento do subsídio de desemprego, para que o jovem perca a vontade de procurar trabalho e adquira uma mentalidade assistencial, desista dos estudos ou da valorização profissional, disponha de fundos para comprar droga ou para que abandone a família», o seu Governo podia exibir, como aliás o fez durante a campanha eleitoral, a decisão de atribuir um subsídio para os jovens candidatos ao primeiro emprego, retirando impacto à decisão da Assembleia da República.

Decisão que, diga-se em abono da verdade, sendo de grande importância e alcance no respeitante às reivindicações dos jovens desempregados, ficou aquém das expectativas, e isto devido às posições recuadas do Partido Socialista nesta matéria. Assim, o texto que acabaria por ser aprovado e que agora foi publicado, fixa um montante de 70

por cento do salário mínimo nacional e é concedido durante 15 meses aos jovens com idades entre os 18 e os 25 anos inscritos num Centro de Emprego há pelo menos 3 meses e cujo agregado familiar tenha um rendimento *per capita* inferior a 50 por cento do salário mínimo nacional. Como justamente afirmou o Gabinete de Imprensa da JCP em nota distribuída a propósito deste assunto, esta nova lei «só não irá abranger um maior número de jovens e em melhores condições em virtude das posições recuadas e distantes da realidade juvenil que o Partido Socialista assumiu nesta matéria e nas quais foi apoiado pelos partidos da direita».

Quando um Primeiro-Ministro de um país afirma o que Cavaco Silva afirmou sobre a sua juventude, e o Expresso, na sua última edição, diz que ele é o «primeiro responsável político a dar à juventude o peso e importância que ela merece», isto mais não é que, por artificios de retórica, «produzir a credibilidade» que Cavaco Silva usou e abusou ao prometer aos portugueses e aos jovens, o progresso e o futuro que sabe não poder dar.

Da mesma forma, a maneira como foi publicada na imprensa a notícia da publicação em Diário da República da lei aprovada na anterior Assembleia sobre o subsídio de desemprego para os jovens candidatos ao primeiro emprego, concorre igualmente para a mesma «produção». As notícias foram publicadas induzindo os cidadãos a pensar ter sido o Governo o autor da lei, e nenhuma palavra se disse sobre os atrasos da sua publicação em Diário da República e as tentativas previsíveis de procurar impedir na prática a sua aplicação.

Os 750 anos de BERLIM

Berlim, a bela capital da República Democrática Alemã, festeja este ano o seu 750.º aniversário. São três quartos de milénio de movimentada história de uma cidade, que se entrelaça com a História alemã e, em muitos aspectos, com a História europeia e a História universal. Durante séculos a fio, Berlim foi palco de querelas entre o progresso e a reacção, entre as forças da paz e as da guerra. Hoje Berlim comemora o seu 750.º aniversário apresentando-se como uma próspera comunidade, como centro político, económico, espiritual e cultural do primeiro Estado socialista em solo alemão. Reconhecida e respeitada a nível internacional, agraciada pelo Conselho Mundial da Paz, em 1979, como «Cidade da Paz», Berlim tornou-se um centro da luta pela paz e do entendimento entre os povos. É nessa base que o jovem Estado socialista da RDA promove, ao longo de todo este ano, um riquíssimo programa de festividades a comemorar o jubileu desta marcante capital europeia.

Berlim nasceu nas duas margens do rio Spree, onde comerciantes e artífices fundaram os municípios autónomos de Berlim e Cöllm, que foram citados pela primeira vez num documento em 1237. Mais tarde a

cidade «dupla» unificou-se e ficou para sempre sob a designação de Berlim.

A capital da RDA está profundamente enraizada nas ricas e variadíssimas tradições da história de

uma cidade com 750 anos. Nela estão patentes os resultados do árduo labor e das movimentadas lutas das classes e camadas trabalhadoras ao longo de vários séculos, do esforço de forças e personalidades progressistas, democráticas e humanistas, dos grandes feitos nos campos da cultura, da arte e da ciência, independentemente das relações de classe em que tudo isto surgiu.

É quase incontável o número de importantes pensadores oriundos de várias regiões da Alemanha que se sentiram atraídos por Berlim. Nomes como o do poeta Gotthold Ephraim Lessing, do filósofo Moses Mendelssohn e do editor Friederich Nikolai estão associados aos iluministas berlinenses. Com eles, Berlim tornar-se-ia um dos centros espirituais da futura nação burguesa alemã. No limiar do século XIX uma miríade de intelectuais e artistas da

craveira do cientista von Humboldt, do filósofo Friedrich Hegel, do médico Wilhelm Hufeland, do compositor Mendelssohn Bartholdy, etc, conferiu a Berlim a importância de uma cidade das ciências e das artes. Karl Marx estudou na Universidade de Berlim, Friedrich Engels prestou lá serviço militar, enquanto frequentava paralelamente a Universidade como aluno externo. Anos mais tarde, cientistas e artistas agiam num campo de tensão entre a ideologia imperialista e posições humanistas burguesas. Entretanto Heinrich Hertz descobria as ondas electromagnéticas, Otto Hahn fazia pesquisas sobre a radioactividade, Max Planck fundamentava a teoria dos quanta e Albert Einstein a teoria da relatividade, Rudolf Virchow e Robert Koch conduziam a sua luta contra o tifo, a cólera e a tuberculose e surgiam teatros conhecidos em todo o mundo, associados ao nome de Max Reinhard.

Tradições revolucionárias

Berlim cresceu em grande medida a par da história da classe operária, cujas heróicas e abnegadas lutas abriram caminho ao presente socialista. Incluem-se nestas tradições a sublevação dos operários, artesãos, pequenos-burgueses e estudantes berlinenses que, em Março de 1848, deram um visível sinal para a revolução democrático-burguesa nos estados alemães. Mais tarde, em 1878 e 1890 a classe operária fez frente à chamada Lei dos Socialistas, concebida para reprimir qualquer actividade social-democrata na Alemanha, encabeçando assim a luta pelos direitos políticos e sociais. Naquela época, a ci-



Núcleo histórico da cidade, onde o antigo e o moderno crescem harmoniosamente lado a lado. Foi aqui que nasceu a cidade

dade tornou-se o centro do movimento operário marxista alemão. Em 1918 a luta dos operários derrubou a monarquia e pôs termo à primeira guerra mundial. Da varanda do palácio de Berlim, Karl Liebknecht proclamava a 9 de Novembro de 1918 a vitória da Revolução de Novembro, que não iria por diante porque o governo social-democrata deixaria que o poder lhe fosse retirado paulatinamente das mãos. O resultado mais importante da Revolução seria a fundação do Partido Comunista da Alemanha. Poucos dias depois os seus dirigentes Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg seriam assassinados pela reacção, mas o partido crescia e tornar-se-ia o partido marxista-leninista da classe operária berlinense, sob a direcção de Ernst Thälmann e do Comité Central por ele dirigido. A responsabilidade directa pela organização do partido em Berlim estava confiada a Wilhelm Pieck.

Renascer das cinzas

Entretanto os círculos mais reacçãoários da classe dominante procuraram fazer frente à crise evidente da forma de domínio do parlamentarismo burguês e à crise económica que se vinha avolumando desde 1929/30, abatendo o movimento operário revolucionário e todas as forças democráticas, através da instauração de uma ditadura fascista declarada. A perseguição assassina aos comunistas, social-democratas, sindicalistas e outros antifascistas, o «boicote aos judeus», símbolo do racismo, a queima de livros, as semanas sangrentas e a supressão de todas as instituições e organizações democrático-burguesas, ficaram a assinalar o caminho dos imperialistas na Segunda Guerra Mundial.

A guerra de pilhagem imperialista, que partiu de Berlim em 1939 e cobriu toda a Europa e outras regiões do mundo, regressou ao seu ponto de partida na Primavera de 1945. A besta fascista defendeu-se afluivamente no seu último reduto, mas o exército soviético — o que deu maior contributo para abater o fascismo — poria fim à Segunda Guerra Mundial na Europa com a Batalha de Berlim. A 16 de Abril, dois milhões e meio de soldados soviéticos, apoiados por 42000 canhões, 6250 carros de assalto e 7500 aviões iniciaram o ataque a Berlim. A 30 de Abril a bandeira vermelha da vitória e da libertação ondeava sobre o edifício do Reichstag. A «capital do Reich», como os nazis lhe chamavam, não existia mais e Berlim era um monte de escombros, à beira do precipício. Quase metade de todos os edifícios estava destruída. Dos 1,5 milhões de fogos existentes, somente 370000 eram habitáveis. Nem uma só empresa estava em condições de funcionar. De 4,3 milhões de habitantes, viviam ainda na cidade em escombros 2,5 milhões, esfomeados e ameaçados pelas epidemias.

Elementos do exército vermelho e antifascistas alemães regressados dos campos de concentração, das prisões ou do exílio, arrancavam os desesperados berlinenses à sua letargia. Em estreita acção comum com as autoridades militares soviéticas, formaram-se órgãos de administração autónomos antifascistas e democráticos. A cidade foi posta a



A poucos passos das ruas movimentadas do centro, uma área livre em forma de terraços, com canteiros e repuxos, convida os berlinenses e os seus hóspedes a deter-se ao pé da torre da televisão



Em cada estação do ano, a rua Karl Liebknecht, no centro de Berlim, constitui um ponto de atracção para todos — turistas ou berlinenses. Com uma série de lojas atraentes, é um centro popular para as compras. Inúmeros cafés e restaurantes convidam a demorar

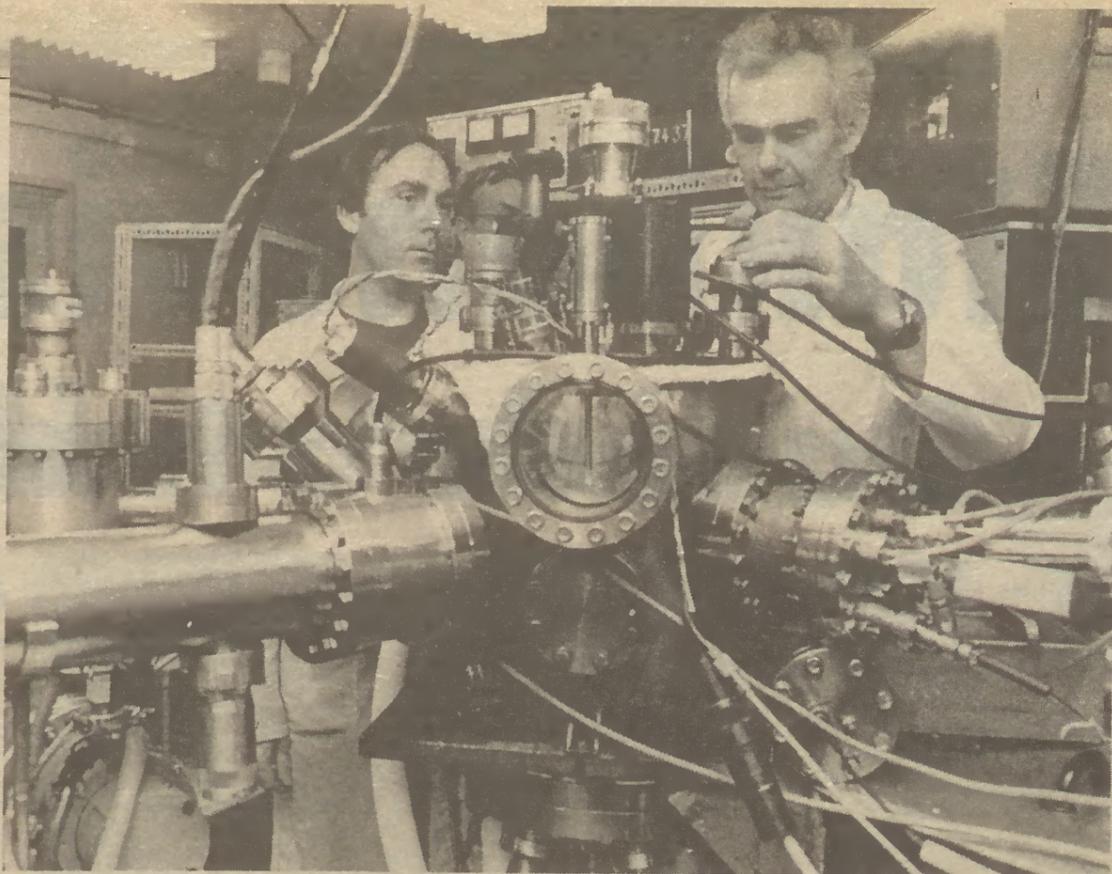
Em muitos lugares de Berlim surgiram novos bairros habitacionais

funcionar, abastecidos os seus habitantes, a vida relançada. A libertação do fascismo ofereceu ocasião de arrancar, de raiz, o poder à reacção e instaurar o domínio da classe operária em aliança com os camponeses e as outras forças progressistas do povo alemão.

Finalmente a 7 de Outubro de 1949 foi fundada a República Democrática Alemã, o primeiro Estado socialista e amante da paz em solo alemão. Berlim, que outrora fora refúgio do imperialismo, do militarismo e do fascismo alemães, sinónimo de exploração, opressão e guerra, tornou-se a capital daquele Estado. Cumprira-se aquilo por que as melhores forças do povo alemão e, sobretudo, o movimento operário revolucionário, vinham pugnando e sofrendo. Pela primeira vez na História alemã, criara-se um Estado que encarnava os interesses e a vontade das massas trabalhadoras, que inscrevia na sua bandeira, não a guerra e o ódio, mas a paz e o entendimento entre os povos. E Berlim era a sua capital!

Um coração saudável

Hoje, Berlim, com os seus 750 anos de vida, é o coração a bater de um Estado saudável, qual fénix renascida das cinzas e ruínas de



A Academia das Ciências da RDA dispõe do potencial científico mais significativo do País. Entre as realizações dos investigadores distinguem-se as obtidas no domínio da física dos electrões (na foto)

um inferno bem real — uma cidade cujo pulsar é determinado pelos berlinenses. Melhor: pelos cidadãos de toda a República.

Hoje, a capital da RDA significa para os seus habitantes protecção social, segurança material, satisfação pessoal. Ela confere-lhe a orgulhosa sensação de serem co-responsáveis por tudo aquilo que foi alcançado, apresentando-se aos seus convidados, vindos de todo o mundo, mais bonita, atractiva e hospitaleira do que jamais foi ao longo da sua história, velha de três quartos de milénio.

Hoje Berlim tem uma indústria moderna que produz tanto num mês como se produzia em todo o ano da fundação da RDA. A automatização, a electrónica e a electrotécnica são o seu quotidiano. De 1971 até hoje houve 700 000 habitantes a quem foi atribuída uma nova casa — isto numa cidade com 1,2 milhões de habitantes. Em apenas 15 anos, construiu-se mais de metade das 360 escolas berlinenses. Há 800 vagas por cada 1000 crianças com idades até aos três anos. A modelação definitiva do centro da cidade prossegue a bom ritmo, conferindo-se simultaneamente grandes cuidados ao seu património arquitectónico. Em Berlim (como em toda a RDA) há trabalho, pão, habitação, vestuário e formação para todos; participação democrática nas decisões a nível do Estado e da socie-

Os 750 anos de BERLIM

dade; uma vida cultural e espiritual rica; um sistema de saúde pública desenvolvido, com assistência médica gratuita; calor humano, assistência e apoio às crianças, aos velhos e aos deficientes.

Berlim é hoje, também, uma cidade das ciências, com a sua universidade, oito escolas superiores, 17 escolas técnicas médias, academias

Avenida «Unter den Linden», um dos símbolos da cidade, verdadeiro ex-libris carregado de história e tradição. As suas 300 tilias estendem-se, em quatro filas, ao longo de mais de um quilómetro



O muro

A questão do «muro de Berlim» tem dado pano para mangas à propaganda burguesa, que sistematicamente escamoteia os factos e os motivos que impuseram a sua construção, procurando assim denegrir quer a RDA, quer o socialismo em geral. Convém, pois, recordar esses factos e motivos que obrigaram o jovem Estado socialista alemão a tomar o controlo da fronteira.

O desenvolvimento da RDA processou-se, até 1961, sob as condições inerentes a uma fronteira aberta com Berlim Ocidental — uma fronteira que passa pelo interior de uma cidade... Essa fronteira foi sendo cada vez mais violentada com o intuito de ser criada, no âmbito da política do «roll back», uma situação que conduzisse por fim a transformações violentas do «status quo» na Europa. Mais de 80 organizações de espionagem e terror operaram a partir de Berlim Ocidental com o objectivo de desestabilizar a ordem política na RDA. A especulação monetária, a sabotagem, o contrabando e o aliciamento de especialistas pesaram imenso sobre a economia. A RDA sofreu assim um prejuízo de mais de 150 000 milhões de marcos, o que corresponde quase ao volume do rendimento nacional dos anos de 1960 e 1961.

Por isso a RDA, no dia 13 de Agosto de 1961, tomou o controlo da fronteira. Assim conseguiu-se eliminar um perigoso foco de crise no centro da Europa, abrindo o caminho ao desanuviamento, segurança e cooperação. O sistema de acordos europeus, desde então criado — principalmente o Acor-

do Quadripartido sobre Berlim Ocidental, os acordos estabelecidos entre a RDA e a RFA, bem como os acordos concluídos entre a RDA e o Senado de Berlim Ocidental — contribuíram para a normalização da situação e garantiram, até hoje, a tranquilidade e a segurança nesta região.

Hoje, passam diariamente os postos fronteiriços entre a República Democrática Alemã e Berlim Ocidental entre 10 a 20 000 visitantes e, anualmente, mais de 20 milhões de viajantes em trânsito entre Berlim Ocidental e a RFA, utilizam as estradas da RDA.

Vem a propósito recordar que a convite do chanceler federal da RFA, Helmut Kohl, o secretário-geral do CC do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA) e presidente do Conselho de Estado da República Democrática Alemã, Erich Honecker, visitará oficialmente de 7 a 11 de Setembro de 1987 a República Federal da Alemanha.

Erich Honecker encontrar-se-á em 7 e 8 de Setembro na capital da RFA, Bona, e deslocar-se-á seguidamente aos Estados federados da Renânia do Norte-Vestefália, Sarre, Renânia-Palatinado e Baviera. ■



No centro da cidade, debaixo da pomba da Paz de Picasso, pode ler-se o nome honorífico de Berlim: «Cidade da Paz»

Stakhanovismo

Quando o trabalho

Ucrânia, União Soviética, Agosto de 1935. É já noite quando o jovem mineiro Alexei Stakhánov desce às galerias da mina *Irmimo-Tsentráhaia* na bacia hulhífera do Donbass, para mais uma jornada de trabalho. Esperam-no seis horas de actividade de que resultarão, segundo a norma estabelecida, sete toneladas de carvão. Stakhánov, em geral, costuma fazer mais do que isso, mas nessa noite decidira fazer muito, muito mais... Quanto, nem ele sabe. Ao pegar no poderoso martelo de corte tem apenas um objectivo: atacar ininterruptamente o veio hulhífero, deixando as operações de evacuação do carvão cortado e de escoramento da galeria para dois auxiliares que solicitara. Exactamente 5 horas e 45 minutos depois os resultados deixaram toda a gente atónita: o jovem cortador havia arrancado das entranhas da terra 102 toneladas de carvão, qualquer coisa como **14 vezes mais** que a norma prevista!

A notícia do prodígio dessa fabulosa noite de 30 para 31 de Agosto correu célere pelo imenso país dos soviéticos e em breve galgou fronteiras, tornando Stakhánov famoso em todo o mundo. A expressão «emulação socialista» ganhou contornos fulgurantes e começou a ser explicada, na prática e através de um aluvião de novos feitos prodigiosos, aos cépticos de todos os matizes.

Nascera o «stakhanovismo», que iria ter muitas histórias para contar. E, pela primeira vez, o trabalho ascendia a herói da Humanidade.

Ao princípio, a proeza de Stakhánov foi vista com perplexidade. O forjador E. Martékhov confessa o seguinte, num jornal de Leninegrado: «A dizer a verdade, a princípio duvidei de que fosse possível superar uma norma em 20-30 vezes. Entre nós falou-se muito de Stakhánov. Ao fim e ao cabo coincidimos na opinião de que era certamente um verdadeiro titã, um homem descomunal com músculos de aço, ao qual ninguém se podia igualar. Com essa explicação demo-nos por satisfeitos. Mas depois soubemos pelos jornais que Nikita Izótov tinha superado o primeiro recorde de Stakhánov, arrancando 240 toneladas, e que Artiukhov arrancou da mesma camada 310 toneladas: 19 vagões de carvão num só turno... Então compreendemos que o segredo não estava nos músculos de aço, mas em qualquer coisa diferente».

Com efeito, a força insólita daquele mineiro do Donbass não estava nos músculos. Os mineiros de vanguarda pensavam desde há muito na maneira de melhorar a organização e as operações no trabalho de corte. Antes, o mesmo homem arrancava a hulha, evacuava-a, depois colocava escoras e finalmente voltava a empunhar o martelo perfurador. Não seria melhor dividir o trabalho? Foi o que pensou e concretizou Alexei Stakhánov — um consumado mestre no seu ofício — ao lançar-se ao veio hulhífero com o martelo de corte ininterruptamente a vibrar nas suas mãos, enquanto dois outros camaradas se encarregavam, também ininterruptamente, das operações complementares de transporte do minério e escoramento das galerias. Um ovo de colombo que teve extraordinárias repercussões na produtividade e na divisão social do trabalho, quer na União Soviética, quer em todo o mundo.

Chuva de recordes

Passados dias sobre a façanha de Stakhánov, começaram a chover nos jornais as notícias de novos recordes, e não apenas no sector de

de calçado *Skorokhod*, de Leninegrado; I. Gúdov, numa empresa de máquinas-ferramentas de Moscovo; Evdokia e Maria Vinográdova, da fábrica algodoeira de Vitshuga; o ferroviário P. Krivonós, etc.

A emulação socialista ganhava assim um ímpeto nunca visto. Cada operário atingia os recordes pelo seu próprio caminho, cada um conhecia perfeitamente o seu ofício e tinha superado já muitas vezes as tarefas estabelecidas no plano. O seu entusiasmo e os esforços de brigadas e oficinas inteiras fundiram-se num poderoso movimento por uma revisão radical das normas técnicas caducas, para aumentar em flecha a produtividade do trabalho. Nascia assim o «stakhanovismo», gerado no fim de contas por todo o desenvolvimento da econo-

mia soviética, pelo exemplo galvanizante dos operários de choque, pelos vanguardistas da produção e todos os incontáveis participantes na emulação socialista.

Meses depois da «noite de Stakhánov», concretamente em meados de Novembro de 1935, o CC do PCUS e o Conselho dos Comissários do Povo convocaram em Moscovo a Conferência dos Operários Stakhanovistas da URSS. Durou quatro dias, esta reunião de 3000 destacados representantes da classe operária no palácio do Kremlin. Trocaram-se ideias práticas, procuraram-se as vias para alcançar uma maior elevação da economia nacional, definiram-se as tarefas a concretizar. O movimento ganhara cidadania e aprestava-se para novos prodígios.

«colossal despertar»

É claro que a imprensa burguesa, passada a surpresa, se lançou em delirantes campanhas difamatórias, num grande esforço para deturpar o sentido do movimento dos inovadores. O stakhanovismo de «invenção sem pés nem cabeça» passou rapidamente a ser, nas palavras desses estrénuos defensores da «liberdade», a expressão acabada da «supertensão física» e do «trabalho forçado» na Rússia.

Mas a verdade também se impôs rapidamente. As dezenas de delegações estrangeiras que visitaram a União Soviética depararam com um quadro bem diferente. Era óbvio que tão espectaculares sucessos e

extracção mineira. Tornaram-se notáveis os nomes de A. Bussíguine, da fábrica de automóveis de Nijni Nóvgorod; N. Smetánine, da fábrica



Stakhanov ao trabalho. Foi o trabalho e a inteligência que o tornou herói

ascende a herói

Alexei Stakhanov



tão impressionante entusiasmo no trabalho jamais se poderiam obter à força ou, sequer, sob o aguilhão administrativo. E o proletariado dos países capitalistas era assim confrontado com um facto emocionante e bem diferente: o trabalho livre só é concebível onde não há exploradores. O escritor francês Romain Rolland dedicou aos stakhanovistas as seguintes palavras emocionadas:

«Trata-se, evidentemente, de um despertar colossal da consciência humana na esfera do trabalho, que só é possível na autêntica sociedade socialista, onde o operário se sente senhor. Este sentimento de dignidade e orgulho é verdadeiramente cativante».

Cativante e espectacular, também do ponto de vista da produtividade. Vale a pena determo-nos um pouco nesse ponto.

Pulverizar o plano

Depois da conferência de Moscovo, a emulação tomou aspectos nunca vistos, ganhando rapidamente em amplitude e profundidade. Ao fim de um ano participava nela um em cada três ou quatro operários. Realizaram-se frequentemente semanas, quinzenas e mesmo meses (nas empresas mais avançadas) de trabalho stakhanovista. No Outono de 1936 os fundidores da fábrica siderúrgica *Ilitch* de Mariúpol promoveram uma emulação para obter mais aço por metro quadrado de lar. O komsomol Makar Mazái, de 26 anos, autor dessa iniciativa, obtinha fundições recorde. Procuraram comparar-se-lhe na produtividade do trabalho equipas de fundidores de Magnitogorsk, Kuznetsk, Moscovo, Makéevka, Dniepropetrovsk e outras cidades. G. Ordjonikidze assumiu as funções de árbitro nessa emulação. E este é apenas um exemplo entre muitos dos que se podiam chamar à colação.

Em todos estes impressionantes «campeonatos» de rentabilidade laboral uma coisa havia de importância fundamental: a troca permanente de experiências, baseada no estudo aprofundado das situações e no ensino amplo dos resultados obtidos. Nisto residia a força dos stakhanovistas, que se apoiaram na técnica avançada e nos últimos progressos do pensamento científico. A ampla propagação da experiência dos melhores operários ajudou a elevar consideravelmente a produtividade do trabalho na economia nacional, o que facilitou e acelerou o cumprimento do segundo plano quinquenal.

É de notar que a execução bem sucedida do primeiro plano quinquenal de desenvolvimento e modernização da economia (1928-32) constituía, então, na URSS um bom ponto de partida para a elevação em flecha da produtividade de trabalho e a revisão das normas que a norteavam. Stakhánov indicou uma via concreta para isso, e nisso consistiu o seu grande mérito, pulverizando todas as metas previstas no 2.º plano quinquenal.

Mais de meio século depois o stakhanovismo, sob as mais variadas formas, continua a exercer uma forte influência no desenvolvimento da indústria e da economia em geral, tanto na URSS como nos países onde surge um sector público, onde aparecem cooperativas no campo e onde, enfim, se coloca a questão de uma melhor utilização das técnicas contemporâneas. ■



Histórico!

Como se faz uma reportagem «histórica»? O inefável director do «Tempo» diz-lhe como é. Apesar de a ter feito a «jacto», num «vou ali já venho» em avião de ministro indonésio, que durou apenas dois dias, Nuno Rocha garante que não apenas viu e sabe tudo sobre a actualidade de Timor, como, em apenas dois dias, trouxe a «verdade» sobre acontecimentos passados treze anos atrás. Certamente o avião do ministro disfarçava uma máquina do tempo. Ou então, em pouco tempo, o ministro segredou toda a «verdade» ao director do «Tempo». Um segredo que Nuno Rocha desvenda em quatro páginas de letra miudinha, «esclarecida» por fotografias de turistas. As conclusões desta viagem-relâmpago ao passado e ao presente de Timor: que Timor não foi invadido e que as tropas indonésias só foram «ajudar»; que os portugueses é que devem «pedir desculpas ao povo indonésio»; que devemos dizer aos timorenses que a «independência é impossível». Por outro lado, do alto da máquina do «Tempo» fornecida pelo governo indonésio, NR viu que está tudo normal... A religião é livre, há funcionários portugueses «nos mais elevados postos da administração», as ruas de Timor continuam a ser

designadas com nomes portugueses... Vai daí, NR manda à ONU — ao embaixador de Portugal, um telegrama. Para que ele leia os artigos e se esclareça. Quanto a Cavaco e a Deus Pinheiro, NR também os esclarece. O leitor já fica esclarecido. Uma reportagem histórica é feita assim...

O medo de Alberto João

Nas colunas do «Tempo», Alberto João Jardim ataca de novo. Ou ataca de velho, que, de novo, pouco diz — a prosa é um ruminar de velhas calúnias, uma espécie de balanço de antigas e bafiantes etiquetas que Jardim não desiste de pretender colar ao PCP, aos comunistas portugueses, ao secretário-geral do Partido Comunista. O novo da questão é que, depois da tal «onda laranja», o chefe regional do PSD da Madeira, ao mesmo tempo que declara a morte do PCP e o enterra na «derrota» eleitoral e no «descrédito sem saída», se manifesta muito preocupado com a estratégia futura. Fala da operação de «cosmética» que a «lógica marxista fatalmente denuncia». E, se o fatalmente não for fatal, se «nada acabar por se ver suceder», então é... pior! «É que», diz ele, «então mais preocupante, algo mesmo de muito mais complexo está sucedendo!»

Pontos Cardeais**«Novidades» de Verão**

Regra velha da publicidade e do comércio a retalho é aquela de embrulhar um produto velho em embalagem nova. Ou de colar um simples selo que diga «novo!» (assim mesmo, com ponto de exclamação) ao que está por um fio. Ou de murmurar ao ouvido do comprador eventual: «Novidade»... Há novidades para todas as estações. Até de Verão. A última é o Governo. Vendedores da sua imagem não faltam. E se este Governo de Cavaco não difere muito do anterior nem o seu programa promete ser novo em relação ao que o outro prometia, o certo é que a propaganda já começou. E um semanário, aí da praça, glosa a juventude do Governo em várias páginas, secções e colunas. Trata-se, primeiro, do «Gabinete mais jovem». Trata-se, depois, do grupo parlamentar mais jovem (PSD, claro), no parlamento mais velho. Quanto a gerações, o PCP mostra ser o mais velho e o PSD o mais novo... com o

PS sem saber para onde vai cair. Mas a juventude que pôs as suas «esperanças» no PSD e o PSD que vai pagar a «dívida» é ainda objecto de aturado artigo no mesmo número... do «Expresso». O País vai alegremente deslizando para a juventude e para o novo. Qualquer dia o Governo molha a fralda.

Enquanto o País dorme

Privatizar, é a palavra que transpira. Antes de o programa do Governo ter sido apresentado, a palavra «privatizar» voltou à ribalta dos vespertinos, dos matutinos e dos semanários. De resto pouco mais transpirou. Fechadíssimos, os novos ministros reuniram como verdadeiros conspiradores. E, com certo gáudio, alguma imprensa certificou que eles trabalharam mesmo ao domingo e, até, pela noite dentro. Enquanto o País dormia, pela calada da noite. Trata-se, certamente, de um programa que não resiste à luz crua do dia.

Gazetilhapor **Ignotus Sum****É tão ladrão quem vai à vinha...**

Ministros não podem falar.
Nada de farroncas.
Agora, o que é preciso, é evitar
as broncas...

Lá ficam com a boca, lado a lado,
fechada a cadeado.
Quem quer pensar apenas pense-o.
Assim tal qual.
Há tempo de telejornal
e tempo de silêncio...

Deixem a destruição da Constituição
ter na mão
(melhor dizendo: no papo
que papo, ali, é o que mais há...)
e agora assoem-se lá
a este guardanapo...

Sem uma ajudinha
não o conseguirão.
Veremos pois quem rouba a vinha
e quem ajuda o ladrão.

Lembrar... esta é vez
de um provérbio português...

Só agora é que dizem...

Já sabemos agora
que a situação económica não é
aquela em que, por aí fora,
se fez tal finca-pé.

Nos primeiros seis meses deste ano
estive tudo em baixo.
Quer-se dizer: o povo foi no engano
e tudo não passou de um grande cambalacho...

Pergunta um cidadão em seu juízo
por que é que o dizem só neste momento.
Mas responder, aqui, nem é preciso:
foi tudo, enfim, um mero... esquecimento...

O clube deles

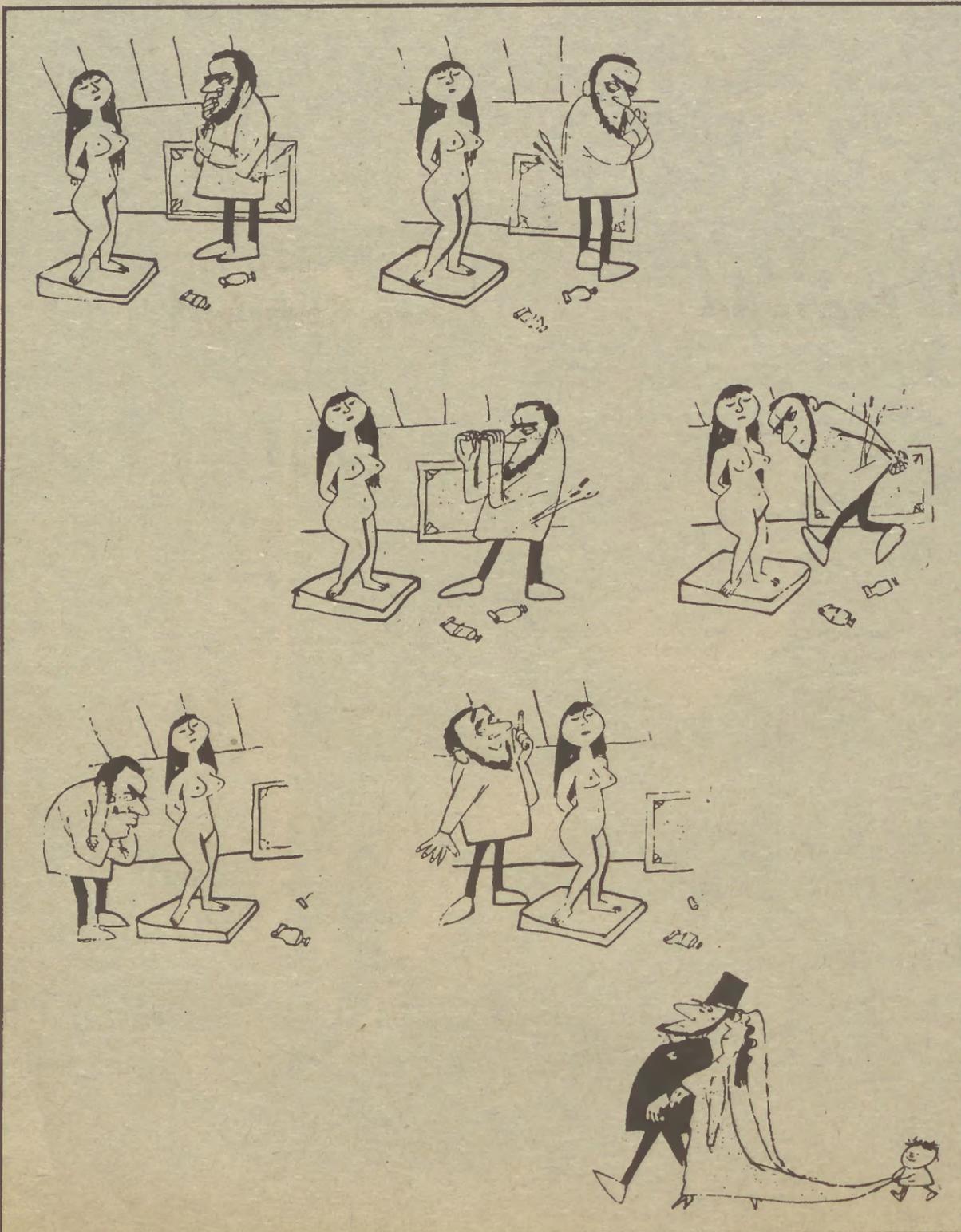
Sem saber bem se ia entrar
para o governo, houve quem
se garantisse um lugar
que já lhe servia bem...
Pois esse, unanimemente,
no mundo dos cambalachos
merece ser presidente
do grande clube dos tachos...

... Tão bonito, o maganão ...

Quem mel tem
e abelhas não tem
de algures lhe vem...

O povo é que fez a trova
e os factos vão
dia após dia dando a prova
que o povo tem razão...

massa do estrangeiro a gente vê
entrar nos cotres da UGT.
São dólares, são francos e são coroas
milhares e milhares: um espanto!
Auxílio? Ajuda? Loas...
Trata-se apenas... de um investimento...
Veneno é o que emprega e não meiguice
a internacional da amarelice...



Agenda

Avante!

Ano 57 - Série VII

N.º 713

27 de Agosto de 1987.

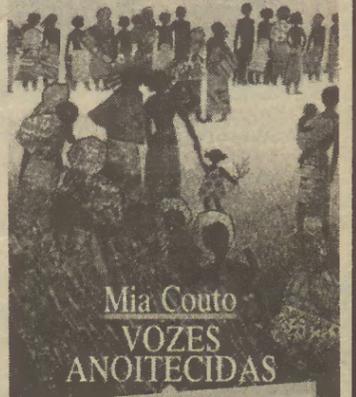
4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

ANTOLOGIA

Leia nas férias

Editorial Caminho..



VIAGEM A RODA
DO MEU NOME



Iniciámos este último conjunto de sugestões para a sua leitura em tempo de férias com o livro «Vozes Anoitecidas», de Mia Couto. É um escritor moçambicano com 32 anos de idade, que presentemente estuda Biologia na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo.

Em «Vozes Anoitecidas» encontrará 12 «estórias», como lhes chama o autor, contadas de uma forma genuína, à maneira moçambicana de falar o português. «Viagens à Roda do Meu Nome», de Alice Vieira, é a segunda sugestão que temos para si. Com ilustrações de Ivone Ralha, este livro é mais um êxito como todos os que Alice Vieira tem escrito. Naquele seu jeito tão característico de nos prender às páginas

«Luísa estava à minha espera junto do gradeamento do pátio da escola. Fingi que não tinha visto, um homem tem os seus brios. Dei um pontapé numa pedra do passeio, e entrei no pátio a assobiar de raiva».

Temos mais uma nova colecção para lhe apresentar. Trata-se da «1001 Detectives» e o livro é «O Mistério do Falcão Azul», de Carlos Correia, Maria Alberta Menéres e Natércia Rocha, com ilustrações de Rui M. Filipe. E pode dizer ao seu filho que a Editorial Caminho vai criar o Clube dos 1001 Detectives.

E para terminar estas sugestões de tempo de férias, temos o último policial da Caminho de Bolso. Trata-se de «A Bela e os Monstros», de Robert B. Parker. Quantos dias lhe faltam para acabar as férias? Ah!, então ainda tem tempo de ler este livro, cujo autor é o escritor policial mais aclamado no seu país, os Estados Unidos.



Davi e Golias

TV O Programa

Quinta

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Cambalacho» 167.º Epis.
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 13.50 - Foi Êxito na TV «Capitais Culturais da Europa»
- 14.50 - Matinée «Escândalo ao Sol»
- 17.00 - Ponto por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.30 - Série «Espaço»
- 19.20 - A Prática das Coleções
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico



- 20.45 - Série «A Jóia da Coroa» 11.º Epis.
- 21.40 - Face a Face
- 22.10 - Série «Pecados» 1.º Epis.
- 23.05 - Notícias

RTP2

- 17.15 - Telenovela «Os Imigrantes» 72.º Epis.
- 18.00 - Countdown
- 19.00 - Simon Show
- 20.00 - Série «Hitchcock Apresenta»
- 20.35 - Série «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Série «O Tempo e o Vento» 21.º Epis.
- 22.15 - Série «Soldados»

Sexta

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Cambalacho» 168.º Epis.
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados



- 13.50 - Capitais Culturais da Europa «Leninegrado»
- 14.45 - Desenhos Animados
- 15.00 - Seja Bem Vídeo
- 17.00 - Ponto por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.30 - Série «Espaço»
- 19.20 - Memória Audio-Visual
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Mobil nos Caminhos de Portugal
- 20.55 - Série «A Jóia da Coroa» 12.º, 13.º e 14.º Epis.
- 23.25 - Notícias

- 23.35 - Pela Noite Dentro «Marlowe» (Detective em Acção), adaptado de um romance de Chandler, real. Paul Bogart (EUA/1969, 95 min.)

RTP2

- 17.15 - Telenovela «Os Imigrantes»
- 18.00 - Countdown
- 19.00 - Simon Show
- 20.00 - Série «Hitchcock Apresenta»
- 20.35 - Série «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Clube de Jornalistas
- 22.05 - Série «Goya - Os Desastres da Guerra», 3.º Epis.
- 23.00 - Troféu.

Sábado

RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
- 10.50 - Série «He Man»
- 11.10 - Série «David, o Gnomo»
- 11.40 - Série «O Anel Mágico»
- 12.10 - Desenhos Animados
- 12.20 - Série «O Tempo e o Vento», 21.º epis.
- 13.00 - Jornal de Sábado
- 13.10 - Lucky Luke
- 13.35 - Série «Akagera»
- 14.00 - Videopolis
- 14.50 - Série «Vida Nova para Comboio Velho»
- 15.15 - O Recreio dos Lisboetas
- 17.20 - Série «O Aventureiro», 1.º epis.
- 18.15 - Os Filhos da Pantera Cor-de-Rosa
- 18.40 - Quem te Viu e Quem TV
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.05 - 7 Folhas
- 21.40 - 1.ª Bienal de Arte Madeira-87
- 21.55 - E o Resto São Cantigas
- 23.30 - Série «Hill Street»
- 00.20 - Cinema da Melanite «Blow-Up», real. Michelangelo Antonioni, interpr. David Hemmings, Vanessa Redgrave, etc. (Grã-Bret./1966, 111 min.)

RTP2

- 10.00 - Compacto Countdown
- 13.00 - Compacto «Cambalacho»
- 15.55 - Atletismo - Campeonato do Mundo



- 21.20 - RTP/Ano 30 - «Columbo».

Domingo

RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
- 11.00 - Terra de St.ª Maria
- 11.15 - Missa



Campeonato do Mundo de Atletismo
— a partir de sábado

- 12.05 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Jornal de Domingo
- 13.10 - Viajar em Portugal



- 13.35 - Série «A Ilha das Borboletas» 1.º episódio
- 14.00 - Vamos Dançar
- 14.30 - Série «Lovejoy»
- 15.25 - Atletismo Campeonato do Mundo
- 17.00 - Primeira Matinée «Meias de Seda» real. Arthur Freed, interpr. Cyd Charisse, Fred Astaire (EUA/1957, 117 min)
- 19.00 - Informação Desportiva
- 19.05 - Série «O Justiciero»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Série «Trovas Novas» Almada Negreiros
- 21.00 - Série «O Optimista»
- 21.30 - Série «Dallas»
- 22.35 - Domingo Desportivo

RTP2

- 10.00 - Troféu
- 12.30 - Caminhos
- 12.55 - Novos Horizontes
- 13.25 - Entre Barreiras
- 13.55 - Série «Destino Aventura»
- 14.50 - Fantasia e Realidade
- 15.15 - Festas e Romarias de Portugal
- 15.40 - Documentário
- 16.00 - Série «Bullman»
- 17.00 - Atletismo «Campeonato do Mundo»
- 19.30 - Palavras Ditas
- 19.55 - Music Box
- 20.55 - Artes e Letras
- 21.55 - Cine-Clube «Dama de Arminho» real. de Ernst Lubitsch e Otto Preminger, interpr. Betty Grable Douglas Fairbanks jr. (EUA/1948, 89 min.)

Segunda

RTP1

- 09.00 - Atletismo «Campeonato do Mundo»
- 10.25 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde

Terça

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 14.10 - Foi Êxito na TV «Capitais Culturais da Europa»: Bruxelas
- 15.00 - Matinée «O Tigre de Eschnapur»
- 16.40 - As Novas Aventuras do Super Homem
- 17.00 - Ponto por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.30 - Série «Espaço»
- 19.20 - Trânsito
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Série «Reviver o Passado em Brideshead», 1.º epis.
- 21.35 - Programa da Direcção de Informação
- 22.35 - Série «Brigada Especial»
- 23.20 - Notícias.

RTP2

- 14.00 - Estádio «Atletismo, campeonato do mundo»
- 17.15 - Telenovela «Os Imigrantes»
- 18.00 - Estádio
- 20.00 - Série «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 - Série «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - CinemaDols «Um Domingo no Campo», real. Bertrand Tavernier (1982).

Quarta

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Cambalacho»

- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 13.50 - Foi Êxito na TV «Capitais Culturais da Europa»: Milão 83
- 15.00 - Clpomanias
- 17.00 - Ponto Por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.30 - Série «Espaço»
- 19.20 - Série «Ciência-Invenção do Futuro»
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.55 - Dançarinos Endiabrados «Crazy Feet»
- 21.20 - Lotação Esgotada «Eugénio, Eugénio», real. Luigi Comencini (1980)
- 23.20 - Notícias.

RTP2



- 17.15 - Telenovela «Os Imigrantes»
- 18.00 - Countdown
- 19.00 - Simon Show



- 20.00 - Série «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 - Série «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Montra de Livros
- 21.35 - Série «Coração a Quanto Obrigas»
- 22.00 - Clube de Imprensa
- 22.45 - Música na América.

Teatro O Cartaz

• LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 21.30, dom. às 17.00. O Conde de Novion, de Almeida Garrett, enc. de Paulo Lages, pelo Grupo Persona.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45,

sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Soinado e Fialho Gouveira, enc. de César Oliveira.

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. Toma Lá Revista, de H. Santana, Nicholson e Zambujal,

enc. de Francisco Nicholson.

Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Senhoras das Quintas-Feiras, de Loleh Belon, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00.

Criada para Todo o Serviço, enc. Armandinho Cortez.

• CALDAS DA RAINHA

Casa da Cultura. De 3.ª a dom. às 21.45. Os Rústicos, de Goldoni, enc. de José Peixoto, pelo Teatro da Rainha.



Cinema A selecção Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Comboio em Fuga	—	★★★	★★★	★★★	—
B	Curto Circuito	—	★★	★★	—	★★
C	O Navio	—	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
D	Piratas	—	★★	★★★	★★	★★
E	Taxi Driver	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de a a *****

A — Real. Andrei Konchalovsky — Gemini (14.00, 16.30, 19.00, 21.30).
 B — Real. John Badham — Estúdio Sheza (15.30, 21.30), Star (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Federico Fellini — Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 00.15) — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Roman Polanski — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 E — Real. Martin Scorsese — City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

...e ainda

Música, debates, etc.

Cinema
 Não é decerto desautorizar os nossos críticos (aliás ainda de férias...) considerar um acontecimento cinematográfico e aconselhar o «esbanjamento» de 300\$00 por

bilhete para ir ver **Radio Days**, o filme de Woody Allen que se estreia amanhã no S. Jorge, Las Vegas e Londres, em Lisboa — o filme a destacar dos que se anunciam para esta semana, trazendo à Lisboa cinéfila o

primeiro cheiro de Outono.
 De resto e quanto a sessões especiais apenas o ciclo prestes a terminar no Forum Picoas, imaginativamente chamado «Aonde Vais nas Férias?»... Para quem aprecie Eric Rohmer, dois dos seus filmes: **Paulina na Praia** hoje e amanhã, **O Ralo Verde** sábado e domingo. Na segunda-feira, a encerrar o ciclo e a desvendar a fonte de inspiração para o seu título, **Aonde Vais nas Férias?**, constituído por três *sketches* realizados por Mauro Bolognini, Luciano Salce e Alberto Sordi.



O espectáculo, da autoria de Manuela Azevedo, tem encenação de António Gualdino e direcção técnica de Luís Filipe, e as marionetas e cenário são de Luís Filipe e Carlos Varela. O guarda-roupa é inspirado em desenhos de Rafael Bordalo Pinheiro para o «Album de Glórias».

Brahms, Bartok e Schubert.
 No Palácio Nacional de Sintra prossegue — também só até sábado — a série de Encontros Musicais que ali tem decorrido neste mês. É música de câmara interpretada pelo **Trio Da Vinci** e pelos **Broyhill Chamber Players**.

Os concertos realizam-se nos dias 28 e 29 às 18.00.
 No mesmo local — Palácio Nacional de Sintra — e retomando uma iniciativa de anos anteriores, realiza-se às sextas, sábados e domingos o **Espectáculo de Luz e Som** com responsabilidade e intervenção de, entre outros, Orlando Worm, Pedro Caldeira Cabral, Eunice Muíroz, Rui de Carvalho.

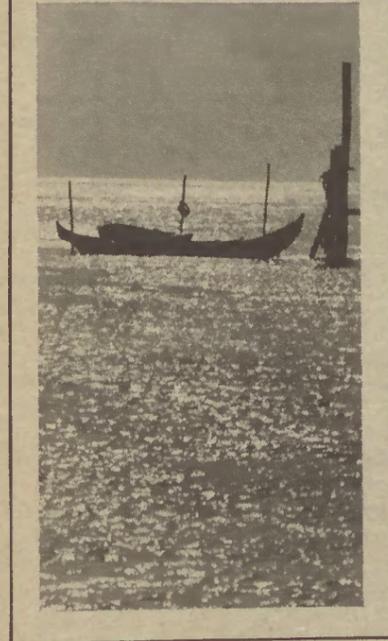
Música

Com dois concertos pela pianista **Maria João Pires** encerra este fim-de-semana o 7.º Festival de Música dos Capuchos. O primeiro concerto, com Maria João Pires interpretando a solo Mozart, Ravel e Chopin, realiza-se amanhã, dia 28, no Cine Teatro Academia em Almada, às 21.30; o segundo e último concerto terá lugar no sábado, dia 29, também às 21.30, no **Convento dos Capuchos, Caparica**, e é um recital de piano a quatro mãos em que participa, além de Maria João Pires, o pianista **Husseyin Sermet**. Interpretam obras de



Tejo acima

O próximo «A passear também se aprende» do departamento sociocultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira vai levar os que puderem inscrever-se ao estuário do Tejo. É só no dia 6. Mas como estas coisas se fazem obviamente de barco, e os barcos têm lotações limitadas, é preciso que cada um se inscreva...
 Dai: **Inscrições até ao dia 3** no referido departamento da Câmara e nas Juntas de Freguesia do concelho.
 O passeio realiza-se como é costume de manhã. A partida é às 9.30 do cais de Vila Franca mas haverá autocarros cerca das 9.00 em Póvoa de Santa Iria, Alverca e Alhandra.



Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado ou limpo, apresentando-se muito nublado durante os períodos da madrugada e manhã no litoral oeste. Vento fraco, neblina e nevoeiro matinais. Subida de temperatura a partir de sexta-feira.
 (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

• LISBOA

Amadeo de Souza Cardoso — Pintura. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 25/10).
«A Arte da Embalagem Tradicional Japonesa». Galerias de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.00 (até 6/9).
Colectiva — «Seis rostos e seis gestos diferentes». Gal. S. Bento, R. do Machado, 1.
Colectiva — Pintura Boavida Amaro, Ilda Reis, Paulo Ossião, Ruth Tavela de Sousa. Casa da Imprensa, R. da Horta Seca. De 2.ª a 6.ª. Das 10.00 às 20.00 (até 28/8).
Colectiva — Pintura. Galeria Bertand, Chiado (até 31/8).
Colectiva — Pintura de Dina Moura, Margarida Martins, Paulo Fonseca, Rui Vasconcelos. Biblioteca Nacional, Campo Grande. Das 11.00 às 16.00 (até 4/9).
Colectiva — Serigrafia de artistas portugueses contemporâneos. Gal. Artex, R. Nova do Almada, 87 (até 29/8).
Colectiva — «Terras», cerâmica portuguesa contemporânea. Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A (até 29/8).
Colectiva da António Arroio — Trabalhos de alunos de várias áreas no último ano lectivo. Escola António Arroio, de 2.ª a 6.ª, das 9.00 às 20.00 (até 9/10).
Colectiva de pintura — Gal. R 75, R. Castilho, 75. Das 21.00 às 24.00 (até 30/8).
Colectiva — Serigrafia e gravura de artistas portugueses contemporâneos. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 19.30 (até 7/9).
Eduardo Nery — Tapeçaria (retrospectiva), Museu Nac. do Traje, Parque do Monteiro-Mor, ao Lumiar (até 30/9).
Ernesto de Sousa — «Um olhar sobre a es-

cultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.
Figueiredo Sobral e Zita — Escultura e textilografia. Gal. Da Vinci, R. de Belém, 77. Das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 20.00 (até 30/8).
A Fundação Gulbenkian Vista pelas Crianças — Trabalhos premiados num concurso promovido junto das escolas oficiais do Ensino Básico entre crianças dos 5 aos 12 anos. Centro Artístico Infantil da Gulbenkian. Todos os dias, excepto 6.ª, das 15.00 às 17.00 (até 25/9).
Galli Bibiena — Desenhos de arquitectura e cenografia. Museu Nac. de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até fim de Outubro).
Gil Teixeira Lopes — «Gitelo — um retorno». Refeitório do Mosteiro dos Jerónimos. De 3.ª a dom. das 10.00 às 18.30 (até 30/9).
A Gravura em Madeira ao Longo de 6 Sécs. (com a colaboração do Goethe Institut, do Museu de Arte Antiga e da «Gravura»). Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 24.00, sáb. e dom. só a partir das 12.00 (até 31/8).
Hernâni Cidade — Biblio-íconográfica, no centenário do seu nascimento. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 17.00 (até 30/9).
Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).
Luís Marques — Fotografia. Assoc. Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17. 2.ª a 6.ª das 19.00 às 23.00 (até 31/8).
Mantas de Monsaraz — Tapeçaria. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, ao Lumiar (até 30/9).
Stuart Carvalhais — Ilustrações para revistas, livros, capas de música; óleos e aquarelas. Centro de Arte Moderna da Gulbenkian (Gal. de Expo-



LUIS MOUTINHO
DESENHO/PINTURA
 25 AGOSTO-11 SETEMBRO
TAVIRA
 casa das artes de tavira
 Rua João Vaz Corte Real 96

sições Temporárias). 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.00 (até 13/9).

Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA
Miranda Justo e Túlita Saldanha — Pintura. Círculo de Artes Plásticas, R. Castro Matoso — COIMBRA.
Filatelia — X Mostra Filatélica do Clube de Campismo de Almada. Salão do Parque de Campismo da Praia da Saúde — COSTA DA CAPARICA.
Colectiva — Pintura, escultura, desenho, etc. Museu Municipal (até 30/8) — ESTREMOZ.
Artistas alemães contemporâneos — Pintura, gravura, desenho. Museu Municipal (até 30/8) — ÉvORA.
Colectiva — Pintura, desenho, serigrafia, cerâmica, escultura. Galeria Capitel (até 26/9) — LEIRIA.
«A Talha em Portugal» — peças, fotos, documentos. Até 30/9, no Castelo — LEIRIA.
Eduarda Filho — «Os Saloios», Cerâmica. Sala de Exposições Temporárias da Casa do Adro/Museu Municipal (até 31/8) — LOURES.
«Um Olhar Sobre Canaças» — Etnográfica, sobre a vila de Canaças. Casa do Adro/Museu Municipal (até 28/9) — LOURES.
João de Sousa Araújo — Pintura sacra. Até 30/9, Palácio Nacional — MAFRA.
Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal — MONTEMOR-O-NOVO.
Colectiva — Bio-87, Bienal Inter. de Cerâmica. Solar da Pç. de St.ª Maria. Das 10.00 às 20.00 (até 30/8) — ÓBIDOS.
William Beckford e Portugal — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — QUELUZ.
Colectiva — (pintores franceses da Provença). Pousada de S. Filipe. Das 10.00 às 22.00 (até 4/9) — SETÚBAL.
Maria João Franco — Pintura. Casa de Bocado/Museu Municipal. De 3.ª a 6.ª das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. das 15.00 às 18.00 (até 6/9) — SETÚBAL.
Charles D. Hill — Aquarelas. Gal. de Exposições Temporárias do Museu Regional de Sintra (até 3/9) — SINTRA.
Colectiva — «Os Fios e os Frutos». Casa-Museu Álvaro de Campos. Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 — TAVIRA.

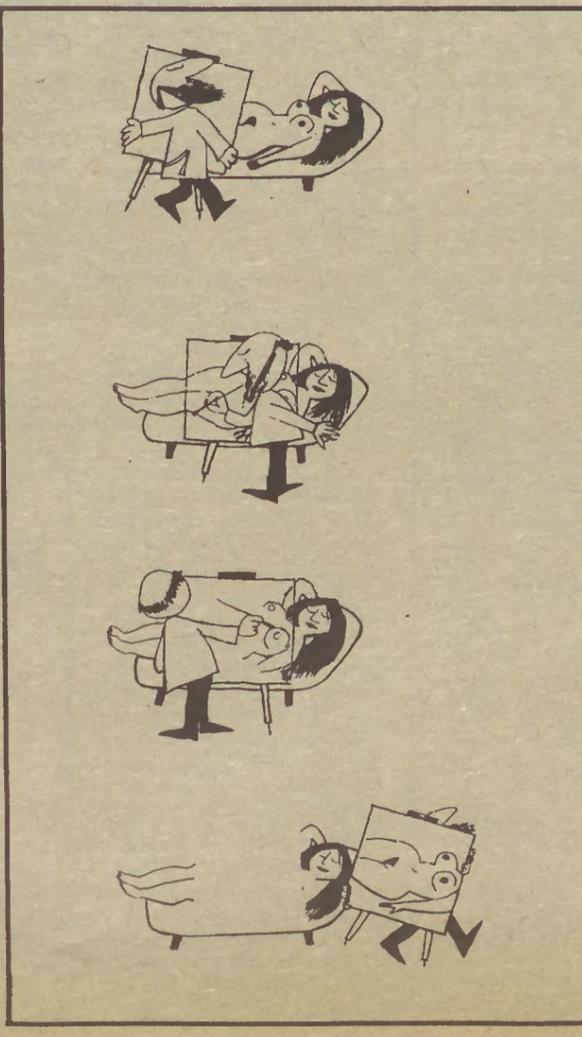
• PORTO

Arte Medieval — Peças de escultura, arte do metal e mobiliário nacional e estrangeiro dos séculos XII e XV. Casa Museu Guerra Junqueiro, Rua D. Hugo, 32. De 3.ª a sáb. das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.30 (até 31/8).
«O Barco Rabelo». Centro Regional de Artes Tradicionais, R. da Reboleira, 37. De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00 (até 30/10).
Colectiva — Arte para Férias. Gal. EG, Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.
VII Exposição Colectiva da Árvore — Pintura, escultura, artes gráficas dos sócios da «Árvore». R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 19.00 e das 21.30 às 23.30, dom. das 14.30 às 20.30 (até 31/8).

«Um Olhar Sobre Canaças» — Etnográfica, sobre a vila de Canaças. Casa do Adro/Museu Municipal (até 28/9) — LOURES.
João de Sousa Araújo — Pintura sacra. Até 30/9, Palácio Nacional — MAFRA.
Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal — MONTEMOR-O-NOVO.
Colectiva — Bio-87, Bienal Inter. de Cerâmica. Solar da Pç. de St.ª Maria. Das 10.00 às 20.00 (até 30/8) — ÓBIDOS.
William Beckford e Portugal — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — QUELUZ.
Colectiva — (pintores franceses da Provença). Pousada de S. Filipe. Das 10.00 às 22.00 (até 4/9) — SETÚBAL.
Maria João Franco — Pintura. Casa de Bocado/Museu Municipal. De 3.ª a 6.ª das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. das 15.00 às 18.00 (até 6/9) — SETÚBAL.
Charles D. Hill — Aquarelas. Gal. de Exposições Temporárias do Museu Regional de Sintra (até 3/9) — SINTRA.
Colectiva — «Os Fios e os Frutos». Casa-Museu Álvaro de Campos. Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 — TAVIRA.

• OUTRAS LOCALIDADES

Artistas Portugueses Contemporâneos — Gal. Municipal de Oeiras, Palácio Anjos. De 2.ª a 6.ª das 16.00 às 20.00 (até 15/9) — ALGÉS.
José de Guimarães — Pintura e escultura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 2/9) — ALMANSIL.
Augusto Cabrita e Vítor Figueiredo — «Mosteiro da Batalha», fotografia. Das 9.00 às 12.30 e das 14.00 às 19.00 (até 15/10). Museu do Mosteiro — BATALHA.
Colectiva — Pintura: Braga, vista pelos seus artistas. Gal. da Universidade, Av. Central (Até 30/9) — BRAGA.
Bienal de Escultura e Desenho. Pavilhões do Parque (até 20/9) — CALDAS DA RAINHA.
Colectiva de pintura e escultura — de David de Almeida, Luís Cruz, Joaquim Bravo, Jorge Martins, Rui Matos. Convento dos Capuchos. De 4.ª a dom. das 16.00 às 19.30 (até 30/8) — CAPARICA.
Rui Matos — Escultura. Até 29/8, Palácio da Cidadela — CASCAIS.
III Bienal de Chaves — Os trabalhos premiados. Pavilhão do GATAT, Av. dos Aliados. Das 16.00 às 19.00 e das 20.00 às 23.00 (até 15/10) — CHAVES.



a TV

Ainda os guerrilheiros e os bandidos

Passou a Televisão um notável conjunto de emissões subordinadas ao título genérico de **soldados**. Nelas se procurava dar uma imagem da crueldade das guerras. Por vezes com cenas tão dolorosas e revoltantes que jamais se apagarão da memória dos telespectadores.

A penúltima emissão foi dedicada à luta das guerrilhas. É certo que não se foi tão longe como era possível. Em tal matéria, não é justo, digamos: não é científico esquecer a acção dos guerrilheiros soviéticos na retaguarda das linhas alemãs. Eis um exemplo acabado da unidade guerrilheiro-povo e, tão poderosa ela foi, que muitos oficiais alemães não hesitaram em dizer que, com isso, a acção dos invasores encontrou maiores dificuldades.

O que disse, porém, confirma o que se disse aqui na semana passada: o guerrilheiro luta **com** e **dentro** do seu povo; o bandido armado luta **contra** e **fora** do povo.

Se o Telejornal continua a chamar guerrilheiros, e não bandidos, aos criminosos que actuam em Angola, Moçambique, Afeganistão e Nicarágua, fique ao menos sabendo, conscientemente, que estará semeando a mentira e a confusão. Porque se quiser ser honesto, que diabo, veja ao menos alguns programas que a Televisão nos dá de quando em quando, dignos de muita atenção.

Escolhe melhor, quem melhor conhece

Foi, que me lembre, a maior entrevista que Álvaro Cunhal concedeu ao **Telejornal**. Motivo imediato: a entrevista publicada no «Avante!» da passada semana.

Respostas simples, directas, estribadas sempre na realidade e com aquele saber de experiência feito que dá às suas palavras a força evidente da razão.

Álvaro Cunhal, pacientemente, demonstrou o carácter colegial das decisões tomadas no interior do seu partido onde o secretário-geral não representa um órgão de soberania, onde nem possui sequer «voto de qualidade». Meditem nisto todos os democratas envenenados por campanhas profusamente divulgadas...

Para além de responder, como lhe cumpria, não deixou Álvaro Cunhal de estar atento às incorrecções das perguntas. Como sucedeu, por exemplo, quando o entrevistador se referiu à «agitação laboral». De imediato recusou esta expressão, acentuando que os trabalhadores não fazem agitações, pura e simplesmente fazem uso dos seus direitos democráticos, em defesa dos interesses do nosso povo e da nossa Pátria.

Entrevistas como esta, debates sobre a realidade portuguesa foi o que faltou antes das eleições de 19 de Julho. A imagem de Cavaco Silva e da sua política não seria certamente aquela que a máquina de propaganda (com realce para a RTP) procurou instilar, se, nos debates e entrevistas, a verdade pudesse vir ao de cima.

O silenciamento da oposição não pode deixar de ser levado em conta na análise dos resultados das eleições. Em tempos do «imperialismo da TV» é um dado essencial.

... E a propósito

Não se trata de inventar «desculpas de mau pagador». Nem se trata de dizer (e longe de mim tal ideia) que na decisão do eleitorado não pesou um acervo de componentes, objectivos e subjectivos, de natureza vária.

O que se trata, sim, é de reafirmar a necessidade da informação correcta e atempada, pois, sem ela, é difícil a um eleitor tomar uma decisão consciente.

Repare-se como, no Telejornal, a presença de Cavaco e seus ministros baixou logo a seguir às eleições. Porquê? Porque já não é tanta a necessidade de aparecerem...

Repare-se em como desceu drasticamente a fúria de auxílios, subsídios, inaugurações, anúncios publicitários (o atendimento das Taipas, hospital do Restelo, etc., etc.) depois de 19 de Julho...

Há poucos dias **Telejornal** rompeu forte e feio: «Resultados do primeiro semestre deste ano não correspondem às expectativas do Governo...»

E explicavam, para que não restassem dúvidas a ninguém: «Por cada 100 contos importados, exportamos 69, quando antes exportávamos 74...»

Há muito eram conhecidos os indicadores económicos que conduziam a essa conclusão e a outras pouco abonatórias da eficácia do Governo. Mas por que será que o **Telejornal** só agora o diz e não antes de 19 de Julho?

Porque neste momento, já não há perigo, eleitoralmente falando.

Sobre a importância e influência de uma informação correcta e atempada, não é preciso acrescentar mais nada...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O que aí vem

A formação do XI Governo Constitucional, segundo Cavaco Silva, os segredos da sua formação, as grandes ideias do seu programa, dominaram a imprensa nesta semana. Um pouco por todos os jornais passaram alguns ministeriáveis que não o foram na dança dos jogos de influência em que se diz Cavaco Silva não embarcar. Todos os jornais, com particular destaque para os semanários, deitaram-se a adivinhar nas suas edições as grandes linhas com que se vai coser este novo(?) governo. Para que conste aqui ficam algumas dessas previsões.

Entretanto, os analistas de direita andam atarefadísimos, à procura da estratégia ideal para os quatro anos que estão pela frente de Cavaco Silva. Todos aconselham, todos dão sugestões. Para além de extractos da crónica de José Manuel Júdice, não resistimos a transcrever um naco da prosa de Nuno Rocha. Nada como uma boa gargalhada nestes dias que para alguns são de férias e para outros já o foram.

Programa

O programa do XI Governo prevê a venda de todos os jornais do Estado, incluindo o próprio «Diário de Notícias», defendendo que apenas um canal de Televisão e outro de Rádio se devem manter públicos — soube o «Expresso» junto de fontes governamentais.

Esta posição em matéria de Comunicação Social, incluída no programa que na próxima semana será entregue na Assembleia da República, representa uma importante alteração em relação aos objectivos do anterior Executivo, que estabeleciam que o Estado deveria ficar na posse de um jornal diário.

(...)

Expresso (22/8/87)

Entretanto, no domínio da política macroeconómica para os próximos quatro anos, uma das apostas do Programa será a continuação do desenvolvimento sustentado da economia portuguesa — como afirmou o Primeiro-Ministro no seu discurso de posse — prevendo-se que o Produto Interno Bruto (PIB) possa crescer ao ritmo de 3,5 a 4 por cento ao ano, uma taxa ligeiramente superior à prevista para os países da OCDE.

O défice do Orçamento do Estado continuará a ser suportado pelo recurso ao mercado de capitais.

O esforço de investimento será liderado pelo sector privado com a consequente privatização de algumas empresas públicas.

Esta privatização será feita em duas etapas: transformação das EP's em sociedades anónimas, seguindo-se a sua venda na Bolsa, através de Ofertas Públicas de Vendas (OPV). Nesta perspectiva, colocam-se duas opções: o sistema de leilão, que possibilita o fortalecimento dos grandes grupos económicos; ou o privilégio do «acesso da pequena poupança», estipulando limites individuais à compra de acções. Este sistema, vulgarmente designado por «capitalismo popular» tem a preferência do Governo.

Neste contexto, várias empresas públicas transitarão para o sector privado. É o caso dos cimentos (Cimpor),

cervejas (Unicer e Centralcer), tabacos (Tabaqueira), a maioria dos bancos e seguradoras. De acordo com o programa do Governo, o estado manterá apenas as empresas directamente ligadas à prestação de um serviço público: EDP, EPAL, CTT/TLP e Transportes Públicos (Transtestejo, Carris, Metro, CP, Rodoviária Nacional).

Semanário (22/8/87)

Os conselhos

Provam os factos também, em minha opinião, que a estratégia de Cavaco Silva será de acção enérgica para a realização de um Programa de mudanças e não de estagnação no marasmo da constante negociação e consensualização.

(...)

A grande questão é porém e para além disso uma outra, e nela também se irá jogar o futuro deste tipo de estratégia baseada numa ideia de risco: Cavaco Silva vai ter de governar, ao mesmo tempo, para a resolução dos problemas dos estratos mais desfavorecidos, para satisfazer as aspirações e criar as condições para o progresso das classes médias e sem receber a hostilidade das classes e estratos dirigentes.

José Miguel Júdice
no Semanário (22/8/87)

Nuno Rocha
em Tempo (20/8/87)

Anunciado no anterior programa do Governo, na sequência das tentativas do Bloco Central, reforçado agora, no segundo Governo de Cavaco Silva, o propósito de privatizar empresas industriais e financeiras do Estado tornou-se o tema mais actual, seja em sede de revisão constitucional seja em sede de mercado de capitais (ou outros) mas, fundamentalmente, em termos de paz social e dívida pública.

(...)

A questão que se coloca e «quem vai controlar a gestão dessas empresas?», a que lógica obedecerá essa gestão? e, claramente, se ela tem condições para defender interesses nacionais face à União Aduaneira Comunitária?

Estamos em crer, que só uma estratégia grupal (de criação de grupos económicos) da economia portuguesa permite no curto espaço de tempo, até ao fim do período de transição da Adesão, criar condições para a geração de carteiras de projectos e negócios capazes de aumentar o emprego e responder racionalmente aos estímulos da conjuntura.

Rui Teixeira Santos
em Semanário (22/8/87)

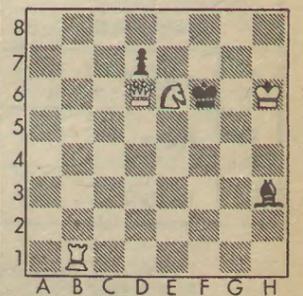
A charada

O PSD constituiu, hoje, uma unidade ideológica, um partido com programa e com coerência. Talvez a leitura dos discursos de Cavaco Silva comece a tornar-se uma necessidade. O PSD deveria publicar num só volume ou em dois os discursos do actual Primeiro-Ministro e presidente dos social-democratas desde precisamente o congresso da Figueira da Foz ou, até, desde antes. Começa a ser importante ver em Cavaco Silva um ideólogo. Primeiro distinguiu-se como economista; e agora, podemos também olhar para ele como um ideólogo. A facilidade do seu discurso ajuda a compreendê-lo. O seu texto «Portugal não pode parar» inserto a abrir «Manifesto Eleitoral», revela uma clareza e uma firmeza ideológica que não pode passar despercebida. Onde Cavaco Silva estará a precisar de mais audácia é na escolha das medidas pontuais indispensáveis à velocidade que o Governo precisa de adquirir para avançar vinte anos nos quatro medeiam até 1991.

Xadrez

CXVI — 27 de Agosto de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 116
Por: E. Barthélemy
«Miniaturas estratégicas», 1935
Pr: (3): Pd7-Bh3-Rf6



Br: (4): C66-Tb1-Dd6-Rh6

(entra tabuleiro)

Mate em 2 lances

JOGO N.º 116
Torneio Swift, Bruxelas, 1987
Br: M. Tal — Pr: R. Meuldere

1. d4, f5; 2. g3, Cf6; 3. Bg2, g6; 4. Cf3, Bg7; 5. 0-0, 0-0; 6. b3, c6; 7. Bb2, D68; 8. Cbd2, h6; 9. C65, d6; 10. Cd3, D7; 11. e4, f6; 12. C:64, Bf5; 13. C:f6+, B:f6; 14. g4, B:d3; 15. D:d3, Cd7; 16. f4, Dg7; 17. Ta61, e5; 18. d:e5, d:e5; 19. g5, h:g5; 20. Bh3, e:f4; 21. B66+, Rh8; 22. Tf3, g4; 23. B:g4, B:b2; 24. Ta3+, hg8; 25. B66+, Tf7; 26. D:d7, Dd4+; 27. D:d4, B:d4+; 28. Rg2, B63; 29. Td1, T68; 30. B:f7, R:f7; 31. Th7+, Rf6; 32. T:b7, Bb6; 33. Td6+, Rg5; 34. h4+, Rh6; 35. Rf3, T63+; 36. R:f4, Tc3; 37. Tdd7 e abandonam.

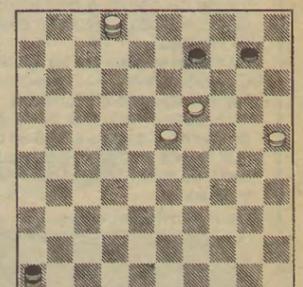
SOLUÇÃO DO N.º 116

Chave: 1. T61 (Ameaça: 2. Df8++)
1. ... B:e6; 2. Tf1++

A. de M.M.

Damas

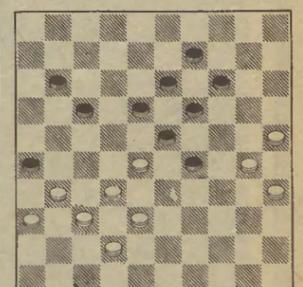
CXVI — 27 de Agosto de 1987
Proposição N.º 116
Por: Isidore Weiss
França (n.1867-f.1936)
Pr: (3): 9-10-(46)



Br: (4): (2)-19-23-25
Jogam as brancas e ganham

...

Golpe N.º 116
Por: Isidore Weiss
Pr: 10: 9-11-13-14-17-18-19-23-26-29
Pr: I. Weiss



Br: 10: 25-28-30-31-32-35-36-37-38-42
Jogam as brancas

As Brancas jogaram: 31-27 (18-22) 27x18 (13x33) e agora 30-24?? Que subtilidade descobriu I. Weiss?

Soluções do N.º CXVI
N.º 116 (I.W.): 19-13 (9x29) [Se: (45x8) 2x15+] 2-24 (29x20) 25x5+

Golpe N.º 116 (I.W.): 30-24?? (19x30)! 35x24 (29x20) 38x18 (9-13)! 18x9 (14x3) 25x14 (3-9) 14x3=D (11-16) 3x21 (16x47)+

A. de M.M.

A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL NO MUNDO

AS SUAS REPERCUSSÕES NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS, AS SUAS PERSPECTIVAS SOMBRIAS E AS NECESSIDADES DE LUTAR SE QUEREMOS SOBREVIVER

PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

edições **Avante!**



Fidel Castro